

Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
Departamento de Economia
Grupo de Estudos em Economia Industrial

**Relatório Final de Iniciação Científica à
Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**

"Os fluxos comerciais brasileiros e suas transformações no período de
valorização (1994-1998) e desvalorização (1999) do Real: uma abordagem a
partir de dois balanços"

Carolina Troncoso Baltar

Orientador: Prof. Dr. João Furtado

2001

APRESENTAÇÃO

Este relatório de Iniciação Científica tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas pela bolsista, durante o quarto semestre da pesquisa, junto ao Grupo de Estudos em Economia Industrial (GEEIN).

O relatório está dividido em nove partes, além desta apresentação. A segunda faz uma descrição das atividades individuais da bolsista. A terceira parte é uma introdução do trabalho. A quarta parte é o primeiro capítulo, que trata do comércio internacional e a posição do Brasil. A Quinta refere-se ao segundo capítulo, que faz um panorama da economia brasileira na década de 1990, mostrando o debate existente em torno da reestruturação produtiva. A sexta parte é o terceiro capítulo, que mostra os resultados encontrados para o período de Real valorizado. A sétima parte mostra os resultados encontrados para o período de Real desvalorizado. A oitava aponta as principais conclusões. E, por fim, a nona contém a bibliografia estudada durante o período de pesquisa.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Nesta seção faz-se uma breve descrição das atividades realizadas no quarto semestre da pesquisa no âmbito do GEEIN – Grupo de Estudos em Economia Industrial, sediado no Departamento da Economia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara.

O trabalho individual da bolsista nos últimos meses da pesquisa pode ser dividido em algumas atividades principais que são descritas abaixo:

- i) leitura bibliográfica relacionada ao tema da pesquisa, principalmente referente ao que vem ocorrendo com a indústria brasileira no período de Real desvalorizado, ou seja, após a desvalorização de janeiro de 1999;
- ii) criação de tabelas contendo as importações, exportações, taxas de crescimento, saldos comerciais e regiões de origem e destino dos fluxos, realizados pelo Brasil no período de 1989 a 1997 e 1997 a 1999, para todos os setores da economia brasileira, utilizando como fonte o banco de dados da Secex.
- iii) Participação no Congresso de Iniciação Científica da Unesp e da SBPC

A leitura da bibliografia selecionada baseou-se em autores que tratam das mudanças ocorridas na economia brasileira após a desvalorização do Real, a partir de janeiro de 1999, levando em consideração os dois balanços propostos no projeto: o otimista e o crítico.

A construção das tabelas foi feita com o auxílio do programa estatístico SPSS, que permite manipular o banco de dados da Secex, e com o auxílio do Excel, no qual se pode ordenar as tabelas da maneira mais adequada. Este procedimento é melhor explicado no item seis do relatório, ou seja no capítulo três.

Finalmente, no Congresso de Iniciação Científica da Unesp, foram apresentados, oralmente, os resultados encontrados no relatório anterior e alguns resultados da desvalorização. Esta apresentação foi premiada como uma das melhores da área de humanas da Unesp. No Congresso da SBPC a apresentação foi por painel.

Algumas dos desenvolvimentos propostos não foram concretizados por falta de informações. A parte referente à produção é um caso. Neste sentido, para ter mais clareza do que vem ocorrendo nos setores da economia brasileira, os resultados não são mais apresentados, como nos relatórios anteriores, a partir dos balanços otimista e crítico. Os dados de comércio são estudados separadamente (exportações e importações), mas agora para todos os setores da economia e não somente para alguns casos. Dessa maneira, pôde-se visualizar as transformações ocorridas na economia brasileira na década de 1990 e assim, mostrar quais dos dois balanços têm maior peso.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo entender as transformações na economia brasileira que vêm ocorrendo na década de 90, principalmente após a implantação do Plano Real e, desta maneira, analisar especialmente como a indústria está se adaptando ao novo contexto, levando em consideração que as empresas estão sendo submetidas a uma intensa concorrência.

Para um melhor entendimento dos resultados das políticas adotadas, é importante fazer um panorama da economia brasileira.

A posição do Brasil no cenário internacional mudou entre as décadas de 80 e 90. Na primeira, a crise da dívida externa excluiu o Brasil do crédito internacional e o país teve que pagar os juros da dívida com um superávit comercial substancial. Na década de 90 o Brasil voltou a ter acesso ao crédito internacional. O governo liberalizou o comércio e a entrada e saída de capital, fazendo com que a economia brasileira fosse submetida a uma intensa competição internacional. Houve, então, uma significativa reestruturação produtiva, que aumentou a eficiência do sistema manufatureiro às custas de muita importação de insumos e bens de capital.

A partir de 1979 a velocidade do crescimento da economia brasileira diminuiu substancialmente. Os investimentos do milagre já haviam sido realizados e os investimentos do II PND já estavam em adiantado estágio de maturação. Além disso, não se pretendeu deslanchar uma nova onda de investimentos.

No mesmo ano de 1979 os Estados Unidos elevaram a taxa de juros, pois o dólar estava desvalorizando devido à grande saída de capital deste País, causando elevado déficit do Balanço de Pagamentos. Como o juros era baixo, bancos aplicavam fora dos Estados Unidos, mas com o aumento deste nos Estados Unidos, o dólar foi atraído de volta para o País. Na época, o banco americano com filial em Londres emprestou muitos dólares para os países em desenvolvimento. No caso do Brasil foi principalmente para as empresas públicas cujos investimentos se destacaram no II PND. Com o aumento dos juros dos Estados Unidos elevou-se o nível internacional e, as dívidas aumentaram muito, pois a maior parte dela tinha juros variável, atualizado

periodicamente em função do nível da taxa de juros no mercado de dinheiro de Londres.

Em 1982 o México decretou moratória e a reação dos bancos internacionais foi não mais emprestar para os devedores pagarem os juros da dívida anterior, refinanciando somente o pagamento do principal. Desta maneira, o Brasil foi obrigado a pagar os juros da dívida externa e para isto era necessário fazer um superávit comercial de US\$ 13 bilhões. Para tanto, o Cruzeiro foi desvalorizado e as empresas que aumentaram a capacidade de produzir no II PND passaram a exportar, diminuindo parte da oferta doméstica, que elevou de preço, prejudicando, por sua vez, o poder de compra da população brasileira.

A partir de 1984 ocorreu a retomada do crescimento sob liderança das exportações. O déficit de conta corrente do balanço de pagamentos diminuiu porém surgiu o problema da elevada inflação.

O crescimento econômico da década de 80 foi, portanto, modesto e alguns dos determinantes da estagnação da economia seriam: a inflação elevada, a crise das finanças públicas e as restrições de financiamento. Com relação à inflação, inúmeras tentativas foram realizadas, porém fracassaram. É somente a partir de 1994, com a retomada da entrada de capital no país, que o governo vai conseguir estabilizar a moeda, com a implantação do Plano Real.

O Plano Real foi um programa de estabilização implantado em três etapas seqüenciais. A primeira delas foi o ajuste fiscal de emergência, no qual cortaram-se despesas públicas e criou-se um Fundo Social de Emergência, que desvinculou 20% das despesas da União em 1994 e 1995. A Segunda etapa foi a eliminação da inércia inflacionária, através da conversão de preços e salários a uma unidade de conta estável, a Unidade Real de Valor (URV). Durante quatro meses, os salários e a maioria dos preços foram convertidos em URVs, cujo valor em cruzeiros reais era reajustado diariamente. E a terceira e última etapa foi a reforma monetária, pela transformação da URV na nova moeda, o Real, que foi introduzido em julho de 1994.

A taxa de cambio foi a principal âncora do Plano Real, pois permitiu acabar com a indexação. Assim, foi possível ajustar o mecanismo de fixação de preços e salários a uma inflação baixa.

Em 1997 e 1998 ocorreram as crises asiática e russa, e seu contágio encontrou o programa de estabilização brasileiro com fundamentos bastante frágeis, em termos de equilíbrio orçamentário e do balanço de pagamentos. Até a explosão das crises, o financiamento do déficit era assegurado pela entrada de capital externo. A fuga desses capitais produziam diminuição de reservas e a manutenção da política cambial exigiu elevações brutais nas taxas de juros.

Em janeiro de 1999 é implantado um novo regime cambial, deixando o câmbio flutuar. Houve a desvalorização cambial e para evitar que esta produzisse uma inflação muito alta, a taxa de juros foi mantida elevada. O Balanço de Pagamentos sofreu reajustes a partir de 1999, pois a desvalorização real do câmbio provocou contração das importações mas demorou a ocorrer superávit na balança comercial.

Assim, pode-se finalizar dizendo que na década de 90 a indústria brasileira é marcada por uma forte reestruturação produtiva. A valorização do Real fez com que os produtos estrangeiros ficassem mais baratos do que os nacionais, estimulando o aumento das importações e a diminuição das exportações. Além disso, a queda de inflação e a entrada de capital favoreceram a volta da venda a prazo de bens de consumo, o que facilitou o aumento do próprio consumo, que, por sua vez, reativou a economia, provocando aumento da produção global do país.

A indústria brasileira foi afetada desfavoravelmente neste processo, pois o aumento das importações prejudicou as vendas de muitas empresas industriais brasileiras. Assim, a reestruturação da indústria se acentuou em 1994, pois o Real sobrevalorizado agravou os efeitos da abertura comercial sobre as condições de competição da indústria brasileira com os produtos importados de outros países.

O objetivo deste estudo é analisar essas transformações que vêm ocorrendo no setor industrial brasileiro, no qual as empresas estão sendo submetidas a uma intensa concorrência. A interpretação do significado dessas mudanças segue dois tipos de balanços: um *otimista* e outro *crítico*. O primeiro entende que o processo de reestruturação industrial possibilitará a retomada de um crescimento sustentado do conjunto da economia. Este balanço avança em três dimensões: modernização levando ao aumento das exportações; diferenciação das atividades de exportação e; aumento do mercado interno

levando à retomada dos investimentos. O segundo balanço, ao contrário, acredita em uma suposta tendência à desindustrialização. Assim como o anterior, ele também avança em três dimensões: perda de espaço da oferta doméstica de bens finais pela ocupação de parte do mercado por produtos importados; redução do valor agregado no país em todas as cadeias industriais complexas e; produção é suprimida e substituída por importações.

O primeiro capítulo vai analisar a economia internacional e a inserção do Brasil neste contexto. O segundo capítulo vai tratar da economia brasileira na década de 90, mostrando o debate que gira em torno da indústria, tanto na valorização quanto na desvalorização do Real. O terceiro capítulo mostra os resultados encontrados na época do Real valorizado. O quarto capítulo mostra os resultados iniciais depois da desvalorização do Real. E, por último, a conclusão resume os principais fenômenos ocorridos na década examinada ao longo do trabalho.

CAPÍTULO 1: CENÁRIO INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

Nos últimos cinquenta anos o volume do comércio internacional cresceu sistematicamente mais rápido do que a produção mundial. Neste longo período, entretanto, verificou-se, a nível mundial, uma transição desde uma época caracterizada pelo apogeu da regulação fordista, com fronteiras nacionais parcialmente protegidas e mercados domésticos regulamentados, para uma época de liberalização e desregulamentação, em que o comércio é canalizado por multinacionais que organizam cada vez mais livremente o trabalho de suas filiais e suas relações de terceirização (CHESNAIS, 1996). Nesta inflexão da regulamentação nacional para a liberalização e desregulamentação, foi importante o desgaste da regulação fordista na década de 70, quando o mundo capitalista padeceu do aumento simultâneo da inflação e do desemprego.

O momento culminante desta transição foi no final da década de 1970, com as eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. De particular importância foi a mudança de posição do governo dos EUA sobre política macroeconômica. Ao longo de toda a década de 70, os EUA procuraram manter um elevado ritmo de atividade econômica, através de uma política monetária que sustentou as taxas de juros em nível relativamente baixo, às custas de uma crescente inflação e desvalorização do dólar em relação às moedas dos demais países desenvolvidos (TAVARES, M. C. 1997).

Em 1979, ainda antes da eleição de Reagan, o Banco Central dos EUA mudou radicalmente a política monetária, provocando um aumento muito forte das taxas de juros praticadas neste país. A elevação do nível das taxas de juros induziu uma forte entrada de capital nos EUA que reverteu parcialmente a desvalorização do dólar verificada na década de 1970. O efeito imediato da nova política monetária foi provocar uma forte retração na atividade econômica do país, numa recessão que se estendeu praticamente pelo mundo inteiro. O governo Reagan manteve a nova política monetária e simultaneamente reduziu impostos que incidiam fortemente sobre os elevados níveis da renda e

aumentou a despesa pública, principalmente as relacionadas com a produção de armamentos. Os EUA passaram a ter um enorme déficit público e, dado o elevado nível das taxas e juros e a queda do PIB, a dívida pública teve um aumento espetacular, comparativamente à base tributária. Uma parte importante deste aumento da dívida pública foi comprada pelos recursos externos que entraram nos EUA. Na verdade, retornou aos EUA, para comprar a dívida pública os dólares que tinham saído do país ao longo de toda a década de 70. Assim, o dólar que tinha ficado abundante e desvalorizado, no resto do mundo ao longo dos anos 70, tornou-se escasso e se valorizou, no início dos anos 80 (TAVARES, M. C. 1997).

Com essa valorização do dólar e a queda dos preços das commodities no início da década de 1980, ajudaram a baixar a inflação nos EUA e desde 1983 há um aumento de atividade econômica neste país. A retomada da atividade econômica com o dólar valorizado provocou um forte aumento de importações nos EUA e o aumento da atividade econômica se difundiu aos demais países através do comércio internacional. Este aumento do comércio foi mais intenso que o aumento da produção mundial, mas, ao contrário dos anos 50 e 60, quando o aumento do comércio internacional era parte de um forte aumento das produções nacionais que se explicavam independentemente deste comércio, agora o crescimento econômico fora dos EUA foi menor e em maior medida explicado pelo próprio comércio internacional.

Em 1985, o acordo de Plaza permitiu uma ação conjunta dos governos dos países desenvolvidos que garantiu uma desvalorização ordenada do dólar e redução das taxas de juros nos EUA e nos demais países. A redução das taxas de juros permitiu prolongar o aumento da atividade econômica, apesar da instabilidade financeira que acompanhou as alterações nas taxas de câmbio das principais moedas. Ao longo deste período, os EUA pressionaram para que os demais países empreendessem uma liberalização e desregulamentação dos mercados análoga a que se verificou neste país e na Inglaterra. Após uma breve retração da economia americana no início dos 90, os EUA tiveram um forte e intenso crescimento do produto ao longo de toda a década, com forte déficit comercial financiado pela entrada de capitais. Com o crescimento do produto, o déficit público foi eliminado, nos EUA, e a entrada de capital

deslocou-se da compra de títulos públicos para a aplicação em investimentos privados (BELLUZZO & COUTINHO, 1998).

A posição do Brasil no cenário internacional mudou bastante entre as décadas de 80 e 90. Ao longo de toda a década de 80, a crise da dívida externa excluiu o Brasil do crédito internacional e o país teve que pagar os juros dessa dívida com um sistemático superávit comercial, logrado às custas de uma desvalorização da moeda nacional que, sem ser acompanhada da retomada do investimento produtivo, provocou inflação, crise das finanças públicas e redução do poder de compra da população. Os saldos comerciais obtidos na década de 1980 encobrem uma forte perda de competitividade da economia brasileira provocado pela estagnação dos investimentos no Brasil, numa década em que houve um significativo avanço produtivo, principalmente na Ásia. Na verdade, nas palavras de Fainzylber, o superávit comercial brasileiro da década de 1980 expressou uma “competitividade espúria”, associada à desvalorização da moeda, queda de poder de compra dos salários e deterioração das finanças públicas.

Na década de 1990, o Brasil voltou a ter acesso ao crédito internacional. Na nova situação das finanças internacionais, o governo brasileiro liberalizou o comércio e a entrada e saída de capital. A inflação diminuiu, a moeda nacional valorizou e o país passou a ter fortes déficits de conta corrente, cobertos pela entrada de capital. A economia brasileira foi submetida a uma intensa competição internacional. Houve, então, uma significativa reestruturação produtiva, que aumentou a eficiência do sistema manufatureiro às custas de muita importação de insumos e bens de capital. O novo sistema manufatureiro não somente opera com um coeficiente de importações mais elevado, mas também passou por um processo de desnacionalização que tem acarretado maiores pagamentos de juros e royalties e remessas de lucros e dividendos. A grande dúvida, e isto é ponto de enormes polêmicas, é, se este sistema manufatureiro está capacitado, não somente para abastecer o mercado doméstico, com produtos mais baratos e de melhor qualidade, mas também para contribuir com suas exportações para reduzir o déficit do país na conta corrente do balanço de pagamentos.

1.1. O Brasil e o comércio internacional

Como se observou, o comércio internacional tem experimentado importantes transformações ao longo dos últimos anos. Novos temas e instituições têm colocado sérios problemas para aqueles que tomam decisões em governos, empresas e organizações direta ou indiretamente envolvidas com o sistema mundial de comércio. As principais mudanças de natureza institucional foram a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que entrou em operação em 1995, e a criação ou revitalização de esquemas de integração regional.

A Organização Mundial de Comércio (OMC) foi criada em dezembro de 1993, na conclusão da oitava rodada de negociações comerciais multilaterais no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). A OMC é uma instituição internacional que tem como objetivo a regulação do sistema mundial do comércio por meio de um conjunto de princípios, acordos, regras, normas, práticas e procedimentos (GONÇALVES, R. 2000). A questão central da OMC é a de acesso ao mercado, diretamente com a redução de barreiras tarifárias e não- tarifárias, e indiretamente com questões que influenciam a competitividade internacional dos países.

As decisões da OMC são tomadas pelos países- membros da organização quando das Conferências Ministeriais. Todo o arcabouço jurídico e institucional é definido em negociações detalhadas sob a responsabilidade de representantes dos países- membros da OMC. Nessa organização existe um Órgão de Soluções de Conflitos, que tem uma central de apelação e grupos especiais de solução de conflitos (também chamados painéis). No que se refere à arbitragem de conflitos, a OMC não tem poder efetivo para fazer com que as decisões tomadas sejam cumpridas pelos seus membros. Na prática, o poder da OMC resulta do fato de que ela pode legitimar o uso de práticas retaliatórias pelos seus membros prejudicados contra aqueles que violaram os termos dos acordos, com base na avaliação do Órgão de Solução de Conflitos.

Tendo em vista que a OMC não tem um poder efetivo para fazer com que suas decisões sejam implementadas, ela acaba consolidando uma forte assimetria nas relações internacionais. Assim, os países pobres ou em desenvolvimento têm tido um papel praticamente irrelevante no processo de negociações comerciais multilaterais. “A marginalização dos países pobres é, certamente, um fato importante no cenário internacional e reflete a polarização existente. As assimetrias transcendem a esfera econômica (produtiva, comercial, tecnológica e financeira) e atingem as dimensões política e militar. A *realpolitik* baseia-se nessa hierarquia de poderes no cenário internacional. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o processo de polarização no sistema econômico internacional parece ter agravado no contexto da globalização. Além do aumento do *gap* tecnológico, grande parte dos países em desenvolvimento tem experimentado um aumento significativo da sua vulnerabilidade externa, principalmente como resultado de processos de abertura econômica incompatíveis com as realidades econômicas nacionais. A menor capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos provocou, de fato, o aumento da marginalização dos países em desenvolvimento” (GONÇALVES, R. 2000: 37).

Diante das alterações no comércio internacional, o Brasil teve que redefinir a sua inserção, reorientando sua política externa. Assim, nos últimos anos, surge no Brasil um novo tema: a perda de competitividade internacional dos produtos brasileiros. A instabilidade e a crise da economia brasileira é determinada por sua situação de vulnerabilidade externa que se manifesta por meio de crises cambiais recorrentes. Uma vez que o processo de ajuste das contas externas está restrito pelo elevado nível da dívida externa e pela abertura indiscriminada da economia brasileira, a evolução da balança comercial torna-se uma incerteza crítica para o país. Nesse sentido, a perda de competitividade internacional das exportações brasileiras é um problema novo com sérias implicações econômicas. Para Gonçalves, nenhuma mudança será eficaz se o país continuar em uma trajetória de instabilidade e crise devido à extraordinária vulnerabilidade externa da economia.

De acordo com Gonçalves, a economia brasileira vem perdendo competitividade internacional, apresentando redução na participação das

exportações do país no total das exportações mundiais. Essa redução foi de 0,96% em 1997, para 0,94% em 1998 e 0,86% em 1999. A queda de 1998-99 é particularmente relevante, na medida em que a perda de competitividade internacional do país é acompanhada de redução do valor absoluto das exportações durante dois anos consecutivos. A receita das exportações reduziu de US\$ 53 bilhões em 1997 para US\$ 51 bilhões em 1998, e US\$ 48 bilhões em 1999 (GONÇALVES, R. 2000: 88).

A abertura comercial e a apreciação cambial até 1999, forçaram as empresas a adaptarem-se à competição internacional elevando a produtividade. Porém, apesar deste aumento de produtividade das empresas, houve queda de competitividade internacional das exportações brasileiras, como indicado pela queda da participação dessas exportações no total das exportações mundiais.

A perda de competitividade internacional da economia brasileira é ainda maior do que indicado pelos dados anteriores porque a criação do Mercosul em 1991 contribuiu para aumentar as exportações brasileiras, evitando que fosse ainda maior a queda de sua participação no total das exportações mundiais.

Além disso, ainda que as estatísticas disponíveis indiquem um crescimento da produtividade industrial maior do que a produtividade agrícola, o fato é que os produtos agrícolas brasileiros mostram uma nítida tendência de aumento da competitividade internacional ao longo dos anos 90, ampliando sua participação no total das exportações brasileiras. A participação do Brasil no comércio mundial de produtos agrícolas aumentou de 2,43% em 1990-94 para 2,92% em 1995-98. Por outro lado, os produtos manufaturados depois de mostrarem uma tendência de aumento na primeira metade da década de 1990, apresentaram uma queda de sua participação nas exportações totais do Brasil, ao longo da segunda metade da década. A participação média das exportações brasileiras no comércio mundial de manufaturados reduziu-se de 0,76% em 1990-94 para 0,68% em 1995-98 (GONÇALVES, R. 2000: 93).

Assim, para o autor, esses indicadores confirmam o argumento a respeito da “reprimarização” do padrão de comércio internacional brasileiro. Essa reprimarização do comércio exterior da economia brasileira pode ser caracterizada por dois aspectos: de um lado, a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e, do outro, o ganho de participação dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. Deste modo, vem mudando a estrutura de exportações do Brasil com maior participação relativa dos produtos agrícolas e menor participação dos manufaturados.

Uma visão oposta a esta, acredita que este processo de reestruturação que vem ocorrendo na economia brasileira é positivo, pois está permitindo a construção das bases para a retomada de um crescimento sustentado. Para esses otimistas a “reprimarização” das exportações brasileiras é circunstancial e a modernização do país terminará reduzindo as importações de maior conteúdo tecnológico e ampliando a exportação de produtos manufaturados. Eles acreditam que continuará a aumentar os investimentos, elevando a competitividade do país, garantindo a reestruturação dos setores mais tradicionais, com maior dificuldade de se adaptarem aos novos condicionantes da economia e adesando o valor adicionado das várias cadeias produtivas, recuperando a produção de *treadables*, especialmente as que exigem maior capacitação tecnológica (MENDONÇA DE BARROS & GOLDENSTEIN, 1997).

A perda de dinamismo das exportações brasileiras de manufaturados pode ser revertida depois da desvalorização do Real, se de fato aumentar o investimento nos setores manufaturados de maior conteúdo tecnológico. Vale ressaltar que seu desempenho depende de condições pelo lado da oferta, principalmente, da existência de capacidade produtiva no país. Já as exportações de produtos agrícolas parecem ser influenciadas por variáveis exógenas pelo lado da demanda, a saber, o nível da renda mundial e os preços internacionais desses produtos.

Os preços internacionais também podem ter um impacto importante sobre a competitividade internacional. A questão reside na relação entre a evolução dos preços recebidos pelos produtores brasileiros e os preços recebidos pelos seus competidores no mercado internacional. No que diz

respeito aos produtos manufaturados, a evidência indica que não houve deterioração dos preços dos produtos manufaturados exportados pelo Brasil relativamente aos preços recebidos pelos seus competidores. Muito pelo contrário, entre a primeira e a segunda metade dos anos 90, houve uma melhora dos preços relativos dos manufaturados brasileiros com relação aos preços internacionais da ordem de 9,7%. De fato, os preços internacionais dos manufaturados cresceram 5% neste período, enquanto os preços dos produtos brasileiros aumentaram 14,9%. Isso significa que a perda de competitividade internacional do Brasil no mercado mundial de manufaturados deve-se à evolução desfavorável das quantidades exportadas (GONÇALVES, R. 2000: 101 e 102).

A evolução dos preços dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil é distinta, uma vez que os preços dos produtos brasileiros de exportação tendem a ser os preços internacionais. Nesse sentido, o ganho de competitividade internacional do Brasil é explicado, fundamentalmente, pela evolução favorável das quantidades exportadas (GONÇALVES, R. 2000: 103).

Os produtos agrícolas são marcados por uma nítida tendência de perda de posição relativa no mercado mundial de bens. Em 1960, eles representavam 30% do comércio mundial; em 1980 essa participação se reduziu para 15%; e em 1998 chegou a 10%. Esses fatos, portanto, envolveram uma incerteza crítica com relação à evolução das exportações brasileiras e, conseqüentemente, da balança comercial, que são elementos centrais para o processo de ajuste externo da economia brasileira.

Além disso, se observou no Brasil um amplo processo de desnacionalização econômica a partir de 1995. A crescente participação do capital estrangeiro no controle da atividade produtiva é um fenômeno com sérias implicações políticas e econômicas, inclusive no que diz respeito à competitividade internacional do país.

O investimento em ativos que servem principalmente para introduzir inovações em produtos, processos e métodos de gestão faz parte do portfolio de investimentos das empresas industriais e deve, portanto, ser tratado no

contexto mais amplo do processo de investimento dessas empresas. No caso brasileiro, há consenso quanto à predominância do mercado interno como determinante dos investimentos industriais. Isto é válido mesmo no caso das empresas transnacionais, com o eventual acréscimo do MERCOSUL ao mercado interno (ERBER, F. 2000:12). O principal foco dos investimentos feitos por empresas estrangeiras em inovação é o aumento da participação no mercado nacional com a mesma linha de produtos da matriz.

Após a implantação do Plano Real, com a estabilização dos preços, o aumento da massa salarial e a expansão do comércio regional, as perspectivas de investimento melhoraram, mas a euforia foi de curta duração e o resto da década decorreu em condições de renovada instabilidade macro, originada no setor externo. O teto dos investimentos foi provavelmente comprometido pela incerteza macro bem como pelas altíssimas taxas de juros, que, de um lado, desestimulavam o endividamento para investimentos em capital fixo e tecnologia e, de outro, proporcionavam altos rendimentos a baixo risco para aplicações de natureza financeira. Ao mesmo tempo, a política macro, através da operação do câmbio, aumentou a competição com as importações e desencorajou a busca de mercados externos (ERBER, F. 2000:15).

Para os otimistas, a abertura comercial alterou significativamente os determinantes e a forma de operar do investimento direto no Brasil e essa alteração foi na direção de ampliar os seus benefícios e reduzir os seus custos para o país. A mudança de regime comercial fez com que a decisão de investir na indústria do país passasse primordialmente por uma avaliação das vantagens locacionais, ao mesmo tempo em que criou incentivos para que as empresas estrangeiras, já instaladas ou não, buscassem escalas competitivas e produtos, processos e produtividade mais próximos da fronteira internacional.

Outro aspecto importante é o papel da tecnologia na indústria, levando em conta que os setores industriais se diferenciam em termos do uso que fazem de recursos tecnológicos. Os setores industriais diferenciam-se também pelo papel que desempenham nos fluxos intersetoriais de tecnologia: as inovações mais radicais são geradas por um grupo restrito de setores, que usam intensamente recursos científicos e técnicos. Estas inovações são

transmitidas aos demais setores que a incorporam em novos produtos ou processos (ERBER, F. 2000).

De acordo com Erber, na estrutura de produção brasileira, entre 1989 e 1997, aumenta substancialmente a participação dos setores baseados em recursos naturais, em detrimento dos setores intensivos em mão-de-obra e dos fornecedores especializados, ao passo que os setores intensivos em escala ou ciência mantém, aproximadamente, sua participação. A evolução da estrutura industrial brasileira aponta para uma relativa perda de importância dos setores mais intensivos em atividades tecnológicas mais complexas.

A valorização cambial também induziu substituição de produção local por importações limitando em alguns setores, a possibilidade de explorar economias de escala e escopo, diminuindo por isso a capacidade de algumas firmas e indústrias trilharem estratégias ofensivas de reestruturação, com impactos não negligenciáveis sobre a especialização da economia brasileira no comércio internacional (MIRANDA, J. C. 2000:04).

Os anos 1990 constituíram importante ponto de inflexão na trajetória das empresas no Brasil. A intensificação da concorrência entre empresas, países e blocos comerciais, em contexto de liberalização dos balanços de pagamentos nacionais, redesenhou as estratégias de crescimento, a organização interna das empresas, as relações entre firmas individuais e entre seus proprietários e administradores. Tais transformações estão ainda em curso, refletindo mercados em constantes mudanças, novas tecnologias, redefinições patrimoniais e das relações entre mercado e estado (MIRANDA, J. C. 2000: 03).

Gonçalves, ao tratar dessas transformações, mostra que há três padrões de conduta das empresas estrangeiras no que diz respeito ao comércio exterior brasileiro: o primeiro inclui filiais de empresas estrangeiras operando nos segmentos de bens de consumo e bens de capital, que tendem a ser intensivos no uso de tecnologia, mas que são orientadas para o mercado doméstico; o segundo grupo envolve empresas que operam segundo um esquema de divisão internacional do trabalho definido pela matriz, na qual a filial brasileira é

receptora de insumos, partes e componentes da matriz, de outras filiais e de subsidiárias espalhadas pelo mundo; e, o terceiro grupo inclui empresas atuando em setores intensivos no uso de recursos naturais, nos quais o Brasil tem uma nítida vantagem comparativa.

Comparativamente a Gonçalves, Castro também elabora uma tipologia, apresentando três grupos de empresas. O primeiro grupo de empresas praticou uma adaptação regressiva, caracterizada pelo encolhimento das funções de fabricação e pela ampliação das atividades importadoras/comercializadoras. Um segundo grupo de empresas adaptou-se mediante mudanças estratégicas – no que se refere ao seu domínio produto-mercado – e intensa modernização. E no terceiro grupo da tipologia, encontram-se empresas que, além de se modernizar, vêm expandindo significativamente a sua capacidade produtiva. Nesta categoria, o destaque consiste em empresas multinacionais empenhadas em confirmar a sua presença no país, através da ampliação de fábricas e a criação de novas unidades produtivas.

Porém, nota-se que, com exceção da Petrobrás, as empresas estatais desapareceram da indústria de transformação. Os efeitos da privatização sobre a indústria vão mais além, posto que as empresas de serviços privatizadas são importantes demandantes de produtos industriais de alta e média tecnologia, originados em setores baseados em ciência (por exemplo, equipamentos de telecomunicações) e de fornecedores especializados (ERBER, F. 2000:09). As firmas que são total ou parcialmente controladas do exterior apresentam maior propensão a introduzir novos produtos e processos e a empregar proporcionalmente mais cientistas e engenheiros dedicados a atividades de P&D do que as firmas nacionais.

Para Erber, a transformação da estrutura de controle de capital da indústria brasileira parece atuar no sentido de acelerar a introdução de novos produtos e processos e, ao mesmo tempo, concentrar as atividades tecnológicas em projetos de adaptação e melhorias de qualidade. Neste sentido, reforça a orientação derivada da estrutura de produção e de inserção internacional (ERBER, F. 2000:12).

As evidências sugerem, de acordo com os críticos, que o processo de reestruturação e modernização da indústria brasileira talvez não tenha sido acompanhado de significativos ganhos de escala. No lugar de se tratar a evolução da estrutura industrial brasileira como um processo de reestruturação e de modernização, talvez seja mais adequado fazer referência a um fenômeno de adaptação regressiva do sistema produtivo (GONÇALVES, R. 2000).

Os otimistas respondem dizendo que, o país vem passando por um profundo processo de reestruturação industrial, sendo este doloroso por implicar uma certa concentração e desnacionalização, mas que, entretanto, é um processo positivo, pois está permitindo a construção das bases para a retomada de um crescimento sustentado.

CAPÍTULO 2: ECONOMIA BRASILEIRA E INDÚSTRIA

A experiência acumulada em política de combate à inflação mostra que existem, basicamente, duas formas de começar uma estabilização econômica (NETTO, A. D. 1997). Na primeira, o processo se inicia com uma âncora monetária sólida, ou seja, uma forte contenção do dinheiro em circulação na economia. Na segunda, a estabilização se inicia com uma âncora cambial, ou seja, um congelamento da taxa de câmbio. O governo brasileiro, com a implantação do Plano Real em 1994, optou pela segunda maneira de começar o combate à inflação.

O Plano Real, entretanto, foi precedido por um amplo processo de liberalização comercial, que realizou-se no Brasil entre 1988 e 1993. Neste processo, eliminou-se primeiro as barreiras não tarifárias e reduziram-se gradativamente os níveis das tarifas alfandegárias, baixando o grau de proteção da indústria local. Nesta liberalização comercial é possível distinguir duas etapas. Na primeira etapa, entre 1988 e 1989, “foi abolida a maior parte dos regimes especiais de importação, unificaram-se os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduziram-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local. A segunda teve início em 1990, (...) extinguiu a maior parte das barreiras não tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. O cronograma de abertura foi mantido até outubro de 1992 quando ocorreu uma antecipação das reduções tarifárias previstas para 1993 e 94, implicando uma redução de seis meses no prazo de conclusão da reforma. Até o final de 1995, a estrutura de proteção sofreu novas alterações provocadas por outros quatro fatores: o programa de estabilização de preços, os compromissos assumidos pelo país com a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), os desequilíbrios da balança comercial e as demandas por proteção de setores prejudicados pela abertura” (MOREIRA, M.M. e CORREA, P.G. 1997: 68).

Combinando efeitos da abertura comercial com o congelamento da taxa de câmbio, a economia brasileira, a partir de 1994, consegue atingir a estabilização. Após viver uma hiperinflação no final da década de 1980 e começo da de 1990, a taxa de inflação diminuiu no Brasil, mantendo-se até hoje em um nível relativamente baixo. O Plano Real estabilizou a moeda, e, como foi dito, um dos aspectos principais do Plano foi a posição do governo no sentido de manter fixa a taxa de câmbio. Nessa época entraram muitos recursos externos no país e o governo não procurou regular e conter essas entradas de capital. Como consequência dessas entradas de capital, e apesar dos grandes volumes de dólares comprados pelo Banco Central, para aumentar as reservas internacionais do país, o preço do dólar ficou muito baixo, ou seja, o Real ficou sobrevalorizado. Com a sobrevalorização do Real, os preços dos produtos exportados e importados pelo Brasil ficaram mais baixos, ajudando a diminuir a inflação. Na verdade, os preços desses *tradebles* deixaram de aumentar e a taxa de inflação passou a expressar somente os aumentos dos preços dos produtos *non-tradebles*, ficando cada vez menor. Essa inflação residual contribuiu para sobrevalorizar ainda mais o Real, na medida em que a inflação no Brasil continuou maior do que a dos EUA e o preço do dólar não foi corrigido, em função dessa diferença entre as inflações (COUTINHO, L.1997).

A valorização do Real fez com que os produtos elaborados no exterior ficassem mais baratos do que os produtos brasileiros, estimulando o aumento das importações e prejudicando as exportações. Como consequência, o Brasil, que ao longo dos anos 80 e começo dos anos 90 tinha alcançado grandes superávits no comércio exterior, passou a apresentar déficit comercial em todo o restante da década de 90. O Brasil apresentou superávits de comércio de 10,7 bilhões de dólares em 1990; e 10,4 bilhões em 1994; passando a ter um déficit de 6,4 bilhões em 1998.

A queda da inflação favoreceu a volta da venda a prazo de bens de consumo, o que facilitou o aumento do próprio consumo, especialmente de bens duráveis. Esse aumento do consumo reativou a economia, que estava muito deprimida, e então houve um aumento da produção global do país, medido pelo PIB. Esse aumento da produção nacional, a partir do aumento do

consumo, não foi ainda maior (do que o verificado), por causa do forte aumento de importações, que não se fez acompanhar por um aumento equivalente nas exportações.

A indústria brasileira foi particularmente afetada neste processo. O aumento do consumo elevou a venda dos produtos industrializados mas, ao mesmo tempo, os aumentos de importações prejudicaram as vendas de muitas empresas industriais brasileiras. O setor industrial brasileiro vinha passando por uma forte reestruturação desde o início da década de 90, provocado pela abertura comercial, aprofundada no governo Collor. De 1990 a 1992, essa reestruturação industrial ocorreu simultaneamente a uma queda muito forte da produção. Desde 1993, a produção industrial se reativou, mas a reestruturação da indústria continuou e inclusive se acentuou desde 1994, porque o Real sobrevalorizado agravou os efeitos da abertura comercial sobre as condições de competição da indústria brasileira, com os produtos importados de outros países.

O aumento de atividade da economia brasileira sob regime de abertura comercial e Real sobrevalorizado, provocou crescente déficit de conta corrente no balanço de pagamentos. No início de 1995, com a crise do México, o governo brasileiro temeu que o déficit de conta corrente ameaçasse o valor do Real, provocando fuga de capitais aplicados no Brasil. Para defender o valor do Real, o governo brasileiro atuou no sentido de restringir o crédito em moeda nacional e elevar o nível das taxas de juros praticadas no país, visando conter a atividade econômica e evitar a fuga de capital. O alto custo do dinheiro no país foi um fator adicional no sentido de prejudicar a produção industrial nacional.

Sabe-se que o setor industrial é muito importante para o desempenho do conjunto da economia nacional. Em primeiro lugar, a produção industrial lidera o movimento cíclico observado na totalidade da economia nacional. As atividades de comércio e prestação de serviços acompanham os movimentos do Produto Interno Bruto, enquanto que as alterações na produção do setor industrial provocam um movimento simétrico no produto global, mesmo quando a atividade agrícola tem um desempenho na direção contrária do verificado na atividade industrial (SERRA, J. 1982). Em segundo lugar, o setor industrial e

particularmente a indústria de transformação, é responsável pela geração e difusão do avanço tecnológico, que é fundamental para o desenvolvimento de todos os setores da economia. Em terceiro lugar o setor industrial e a indústria de transformação têm um papel fundamental para a qualidade da inserção internacional do país, na medida em que a tecnologia moderna tem se mostrado ser o fator da produção decisivo, mantendo-se um aumento da participação dos produtos de alta tecnologia no comércio internacional.

A abertura comercial e a estabilidade da moeda, simultaneamente, somadas ao sucesso da consolidação do Mercosul, ampliaram o mercado para as empresas localizadas no Brasil induzindo investimentos de empresas nacionais e estrangeiras, principalmente nos setores da economia que apresentaram maiores aumentos de vendas. Os investimentos estrangeiros não apenas compram tradicionais empresas familiares nacionais mas também aumentam a capacidade de produção nos setores em que as vendas aumentaram (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997b).

A abertura comercial e a estabilização da moeda tiveram efeitos contraditórios sobre o setor industrial como um todo e a indústria de transformação em particular. Uma parte deste setor foi simplesmente eliminada pela competição dos produtos importados, enquanto outra parte se reestruturou para poder competir melhor com as importações. A pressão competitiva das importações foi muito forte, porque a abertura comercial foi abrupta e acompanhada de valorização da moeda nacional. Isto só foi possível porque, ao lado da abertura comercial, houve uma abertura financeira e o mercado internacional passava por um momento favorável a empréstimos e aplicações de capital em países subdesenvolvidos como o Brasil. Além disso, as empresas brasileiras tiveram que se reestruturar numa situação de crédito em moeda nacional, que o governo tratou de tornar escasso e muito caro, para defender o valor artificial do Real, evitando a fuga de capital. Por conta disto, muitas empresas brasileiras foram compradas por estrangeiras, e esta ampliação da desnacionalização da indústria brasileira teve repercussões adicionais desfavoráveis na conta corrente do balanço de pagamentos, pois contribuiu para aumentar as importações e as remessas de lucros e dividendos (LAPLANE, M. e SARTI, F. 1997).

O setor industrial no Brasil, em todo caso, está passando por profundas transformações, nas quais as empresas estão sendo submetidas a uma intensa concorrência. As interpretações do significado dessas mudanças na produção industrial seguem, basicamente, dois tipos de balanços: o crítico e o otimista. O primeiro destaca uma suposta tendência à desindustrialização, enquanto o segundo interpreta o processo de reestruturação industrial como possibilitando a retomada de um crescimento sustentado do conjunto da economia.

Segundo o diagnóstico que podemos considerar basicamente otimista, “primeiro as empresas estrangeiras testam o mercado e a aceitação de seus produtos criando uma rede de distribuição e de assistência técnica e só em uma segunda etapa iniciam seus investimentos. Nesta fase, além de continuar importando os produtos finais, começam a importar algumas máquinas e equipamentos necessários para a instalação de nova indústria no país. É só em terceira fase que esta indústria reduzirá seu nível de importações e, dependendo do setor em que se encontra e de decisões estratégicas a nível internacional, poderá inclusive tornar-se exportadora” (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997b: 13).

No diagnóstico pessimista não é tão simples e automático a reversão da desintegração das cadeias produtivas, provocada pelas importações, nem a construção de vantagens comparativas que capacitem a indústria localizada no Brasil para aumentar mais intensamente as exportações de produtos manufaturados. A capacitação da indústria brasileira para produzir mais com menos importações e mais exportações não seria, segundo o diagnóstico pessimista, um processo espontâneo da iniciativa privada nacional ou estrangeira, requerendo um grande esforço político do poder público no sentido de articular e garantir o financiamento e a rentabilidade dos investimentos necessários para alterar a especialização regressiva que vem ocorrendo na indústria dos anos 90 (COUTINHO, LAPLANE e SARTI).

2.1. Um Balanço Otimista da Economia Brasileira na Valorização do Real

Um balanço otimista dos efeitos das mudanças na produção industrial, entende que está ocorrendo uma reestruturação do setor que possibilitará a retomada de um crescimento sustentado. Esse diagnóstico avança em três dimensões:

A1) Modernização levando ao aumento das exportações. A possibilidade de induzir as grandes empresas estrangeiras a vender seus produtos no exterior daria às exportações acesso a redes de distribuição e a marcas que têm penetração mundial, sem mencionar as vantagens de acesso à tecnologia e capital.

A2) Um aumento expressivo das exportações brasileiras pressupõe a diversificação das atividades de exportação. O Brasil desenvolveu vantagem comparativa na exportação de bens intermediários, que utiliza muitos recursos naturais e energia. O mercado desses produtos básicos não tem aumentado muito e é muito disputado por um grande número de países fornecedores, mostrando tendência de queda nos preços relativos e nas margens de lucro dos fornecedores. Por esse motivo, o esforço brasileiro para aumentar as exportações deve passar pela incorporação de novos produtos à pauta exportadora, principalmente produtos manufaturados com conteúdo tecnológico relativamente alto que são os produtos com maior crescimento da demanda internacional. Não se trata apenas de passar a exportar esses produtos de elevado conteúdo, mas de vender esses produtos nos países desenvolvidos, onde o mercado é mais dinâmico.

A3) Com a consolidação da estabilização e a percepção do formidável aumento do mercado interno brasileiro, observa-se uma retomada dos investimentos, o que também contribui para a elevação das importações, agora de máquinas e equipamentos. Porém, a medida que esta retomada dos investimentos começa a tomar fôlego e a atratividade da economia brasileira cresce, os investimentos começam a fluir também para os setores que no início do processo tinham sido

abalados pelas importações. A idéia de que estamos fadados a uma baixa integração nas cadeias de produção seria verdade se estes novos investimentos não estivessem acontecendo, ocupando inclusive os espaços liberados na primeira fase de ajuste da economia. (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997: 76) A desestruturação da produção industrial seria apenas uma etapa inicial. O tamanho do mercado no Brasil promoveria a retomada dos investimentos, o que provocaria uma reestruturação da produção industrial com maior produtividade, ajudando a ampliar o tamanho do mercado.

Os efeitos desta retomada dos investimentos, a partir do aumento do consumo, podem ser observados no setor automobilístico, no qual, iniciou-se uma nova fase, onde as montadoras começam a procurar fornecedores locais e/ou trazer seus fornecedores externos para produzir no Brasil. De acordo com Barros e Goldenstein, “como resultado, ao invés da tão propalada desindustrialização vista por alguns, estamos assistindo a um enorme incremento dos investimentos no setor de autopeças que, entretanto, terá um perfil muito diferente daquele existente antes da abertura e estabilização da economia”. (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997: 77)

Barros e Goldenstein, no artigo “Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro”, coletam um conjunto de informações para confirmar a hipótese apresentada em artigo anterior, qual seja, que o Brasil vem passando por um processo de reestruturação industrial que deverá consolidar uma base mais sólida para a retomada do crescimento do conjunto da economia brasileira. A reestruturação industrial, entretanto, é um processo doloroso por implicar concentração e desnacionalização da produção. Não obstante, essa reestruturação industrial é fundamental não somente para a consolidação da estabilização dos preços, mas também para a construção das bases para a retomada de um crescimento sustentado.

As informações coletadas por Barros e Goldenstein dizem respeito a diferentes setores industriais, como: automotriz, eletroeletrônica de consumo, têxtil, alimentos processados, produtos farmacêuticos, papel e celulose, siderurgia, entre outros.

No setor de eletroeletrônica de consumo, por exemplo, “a abertura de importações possibilitou expressiva redução no custo de produção e,

consequentemente, no preço. A queda dos preços (em alguns produtos pela metade) associada à volta do crédito e à elevação de renda dos consumidores após o Plano Real tem levado à explosão do consumo” (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997(b): 17). Além disso, afirmam que “a ampliação do mercado brasileiro pós-Plano Real eliminou o risco que estávamos correndo de desindustrialização. Nossa escala de produção aumentou, viabilizando e tornando atrativo o investimento no setor” (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997(b): 18).

Outro exemplo seria o setor siderúrgico brasileiro, que foi o primeiro setor a ser privatizado, e que vem permitindo a reestruturação e modernização das suas empresas. “Os indicadores de produtividade vêm melhorando significativamente, passando de uma média de 158 toneladas/homem/ano em 1990, quando 70% da produção era estatal, para 283 toneladas/homem/ano em 1995. Algumas usinas já atingem 450 toneladas/homem/ano, nível das mais produtivas do mundo” (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997(b): 23).

Moreira, quando trata da retomada dos investimentos, utiliza a indústria de transformação como foco de análise, para mostrar que, em função da abertura comercial, o presente ciclo de investimentos diretos tem o potencial de gerar uma relação custo-benefício mais vantajosa para o país. O autor, ao analisar os investimentos diretos na indústria brasileira, observa-os em dois períodos distintos: pré e pós 1990. Por trás desta periodização estão dois regimes de comércio bem distintos, os regimes de substituição de importações e de abertura comercial. A mudança de regime de comércio alterou a forma das empresas estrangeiras operarem no Brasil. “No período da substituição de importações, o fluxo de investimento direto foi motivado em grande parte pela necessidade de se superar as barreiras contra as importações. As empresas que optaram pelo *tariff-jumping* passaram a operar em um ambiente extremamente protegido, onde os preços domésticos superavam por larga margem os preços internacionais. Essa característica do regime teve uma forte influência sobre a forma dessas empresas operarem no Brasil, particularmente sobre a estrutura dos mercados em que atuavam e sobre as relações dessas empresas com o resto do mundo”. (MOREIRA, 1999: 01)

Com preços domésticos muito acima dos internacionais e elevada proteção, um grande número de firmas foram atraídas e passaram a operar em escala pouco competitiva. Formaram-se, portanto, estruturas de mercado ineficientes, onde o número de firmas era grande demais para permitir escalas competitivas, mas pequeno demais para garantir um ambiente competitivo (MOREIRA, 1999: 01). Além disso, a proteção indiscriminada também estimulou linhas de produtos excessivamente diversificadas, além de um elevado grau de integração vertical.

O regime de substituição de importações, ao proteger as empresas que operavam no Brasil, promoveu uma forma de atuação que foi na direção de reduzir a competitividade, minando os incentivos, seja para o crescimento da produtividade (via ganhos de escala ou inovações), seja para a expansão das exportações.

Com a abertura comercial, as firmas instaladas no país sentiram a necessidade de mudar sua forma de operar sob pena de sucumbir diante da concorrência das importações. A busca da modernização e dos ganhos de escala das empresas acabaria gerando uma perda de participação das empresas de capital nacional, com particular ênfase nos setores intensivos em capital e tecnologia, atividades onde se localizam as maiores oportunidades de ganhos de escala. Deste modo, se, por um lado, a abertura da economia promoveu um tipo de atuação mais competitiva das empresas, por outro, trouxe como contrapartida a perda de participação no mercado (*market share*) das empresas de capital nacional, expondo a baixa competitividade dessas firmas, que, de acordo com Moreira, foi inequívoca. “As firmas, não importa qual a origem da propriedade dos seus controladores, tendem a responder de maneira semelhante aos sinais de mercado em função da busca pela maximização do lucro. Os defensores da empresas nacional geralmente argumentam que essas firmas têm uma contribuição maior a dar para o desenvolvimento econômico do país. Isso, entre outras coisas, porque suas atividades produtivas teriam maiores efeitos de encadeamento locais e gerariam maiores externalidades, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologia. Já os defensores da irrelevância da origem da propriedade sustentam que se existe alguma diferença de comportamento,

essa tende a favorecer a empresa estrangeira, multinacional, na medida em que elas trazem recursos como tecnologia e capital, geralmente escassos em países em desenvolvimento” (MOREIRA, 1999: 16).

Para os otimistas, as evidências disponíveis apontam para uma maior integração das empresas estrangeiras com o resto do mundo, integração essa superior à das empresas nacionais. Para eles, não há razão para acreditar que esse novo padrão de integração traga necessariamente prejuízos para o país. Ao invés de empresas superprotegidas com exportações altamente subsidiadas, as empresas agora estariam operando sob a concorrência das importações, com preços mais próximos aos preços internacionais e cuja participação das exportações no faturamento é crescente, apesar da drástica redução dos subsídios.

Bonelli e Gonçalves também tratam da questão da retomada dos investimentos, principalmente do investimento direto estrangeiro, que seria importante para a absorção de tecnologia. A consequente reestruturação industrial estaria estabelecendo novas bases para a retomada de um crescimento sustentado do conjunto da economia. Para esses autores, uma vez lograda a estabilização dos preços, o Brasil poderia voltar a tirar proveito de suas vantagens potenciais de dispor de relativa abundância de recursos naturais e de um mercado doméstico de grande tamanho, capaz de viabilizar economias de produção em grande escala. A abertura comercial, ocorrida na década de 1990, permitiria um melhor aproveitamento das vantagens mencionadas, através da especialização produtiva (BONELLI e GONÇALVES, 1999).

Os autores destacam o contraste dos anos 80 e 90. Na década de 80, a crise da dívida externa paralisou a expansão e modernização da produção industrial. O produto da indústria pouco aumentou nos anos 80, e o produto industrial por empregado estagnou. Diferentemente do ocorrido na década de 80, nos anos 90 o produto industrial por empregado voltou a aumentar, embora mais por redução do nível de emprego do que por aumento da produção. Os autores, implicitamente, atribuem o fraco aumento da produção à própria

reestruturação do aparelho produtivo que, na transição para uma estrutura produtiva superior, envolveria grandes volumes de importação.

As modificações mencionadas na economia brasileira nos anos 90 só foram possíveis devido à nova situação financeira internacional. A entrada de capital estrangeiro no país, que esteve interrompido na década de 80, voltou a ocorrer em volumes enormes nos anos 90. Essa entrada de capital estrangeiro viabilizou o aumento das importações e ajudou a baixar a inflação. O país continuou sem um sistema de financiamento com moeda local para a expansão da produção, recorrendo ao financiamento externo, atualmente abundante, mas como mostrou a década de 80, torna o país muito vulnerável à situação financeira internacional. A esperança dos otimistas é que o desenvolvimento atual do aparelho produtivo nacional capacite, finalmente, o país para maiores volumes de exportações.

O êxito da reestruturação industrial e a retomada do crescimento do conjunto da economia depende da modernização das empresas brasileiras. Segundo Gerda, esse é o maior desafio enfrentado pelas empresas brasileiras na atualidade. É preciso que as empresas conquistem uma posição de mercado em escala mundial. Somente empresas com estas características serão capazes de promover o volume necessário de exportações. As empresas multinacionais que lideram muitas das indústrias do Brasil têm essa capacidade, mas é preciso que sejam induzidas a aumentar as exportações, e a eficácia dessa indução depende da estratégia mundial dessas empresas (GERDAU, 1999).

Assim, pode-se concluir que, para os otimistas, a abertura comercial alterou significativamente os determinantes e a forma de operar das empresas industriais no Brasil e que essa alteração foi na direção de ampliar os benefícios e reduzir os custos para o país. As mudanças na forma de operar das empresas modificam o próprio caráter do investimento direto estrangeiro no país. Durante o regime de substituição de importações a principal motivação do investimento direto foi a superação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, passando a usufruir de uma elevada proteção que permitia altas margens de lucro apesar das empresas operarem com elevados custos, prejudicando os

consumidores. A mudança de regime comercial, com abertura da economia, fez com que a decisão de investir na indústria do país passasse primordialmente por uma avaliação das vantagens locacionais. Ao mesmo tempo, criou incentivos para que as empresas, já instaladas ou não, buscassem escalas competitivas e produtos, processos e produtividade mais próximos da fronteira internacional favorecendo, dessa maneira, eventuais exportações.

Neste processo, então, tanto a elevação no grau de concentração da produção como a perda de *market share* das empresas nacionais, estariam associadas à ganhos de bem-estar para a economia brasileira.

Barros e Goldeinstein sustentam que, mais do que nunca, precisamos de uma política de investimentos e competitividade para minimizar as dores do processo de reestruturação industrial e consolidá-lo de forma a garantir a reestruturação dos setores mais tradicionais, com maior dificuldade de se adaptarem aos novos condicionantes da economia; o adesamento do valor adicionado das várias cadeias produtivas; investimentos em tradables e em setores que exigem maior capacitação tecnológica (BARROS, J.R.M. e GOLDENSTEIN, L. 1997(b): 30).

Portanto, segundo os otimistas, como comentário mais geral, pode-se dizer que os impactos da abertura foram na direção esperada e desejada. Dado o tipo de estratégia de industrialização que o país seguiu no passado, era inevitável, do ponto de vista do bem-estar e do crescimento econômico, que houvesse uma substancial elevação do coeficiente importado e uma queda generalizada das margens de lucro na indústria. A industrialização por substituição de importações promoveu um número excessivo de setores, à revelia dos recursos disponíveis no país, e conduziu a estruturas de mercado ineficientes que só se sustentavam graças à proteção elevada. Setores como os de bens de capital e bens de consumo duráveis se desenvolveram com um número demasiado de produtores e com uma linha de produtos excessivamente diversificada, o que acabou impedindo que as firmas se beneficiassem dos ganhos de escala e especialização implícitos na tecnologia destes setores (MOREIRA, M.M. e CORREA, P.G. 1997:87) .

2.2. Um Balanço Crítico da Economia Brasileira na Valorização do Real

Um balanço crítico das mudanças na produção industrial entende que está havendo uma desindustrialização do país. Este diagnóstico avança em três direções:

B1) Perda de espaço da oferta doméstica de bens finais pela ocupação de parte do mercado por produtos importados.

B2) Redução do valor-agregado no país em todas as cadeias industriais complexas, onde parte crescente da produção dos componentes, peças e matérias primas é substituída por importados.

B3) Finalmente, em muitos casos a produção no Brasil foi simplesmente suprimida e substituída por importações, ainda que a escala do nosso mercado permitisse produção eficiente.

Os autores que fazem parte desta vertente argumentam que, de um ponto de vista estritamente de eficiência produtiva, a indústria gerada pela “substituição de importações” ou surgida antes da crise da dívida externa foi capaz de permitir ao Brasil atingir crescimento continuado. Reconhecem, entretanto, que a indústria montada no Brasil teve problemas para dar continuidade à expansão incorporando crescentes parcelas da população ao consumo dos produtos que elabora. Esses problemas não estariam na eficiência da produção corrente, mas na falta de capacitação tecnológica e de financiamento adequado para a expansão da capacidade produtiva através da continuidade de um forte investimento (COUTINHO, 1997 e COUTINHO e OUTROS, 1999). Assim, em 1980, o sistema industrial brasileiro era

relativamente eficiente, como mostrou, ao longo da década de 1980, ao aumentar as exportações de produtos manufaturados. Como houve uma paralização dos investimentos na indústria, num momento em que a indústria mundial passava por grandes transformações e avanço tecnológico, o sistema industrial brasileiro ficou defasado e, no início dos anos 90, já não tinha a mesma eficiência relativa construída basicamente na década de 1970.

A industrialização brasileira dependeu, em boa medida, da transferência de tecnologia desenvolvida no exterior e não constituiu esquemas de financiamento sólidos em moeda nacional. Enquanto houve financiamento externo abundante e barato, o progresso industrial se materializou na montagem de setores com tecnologia difundida internacionalmente, e o Brasil teve um forte crescimento da produção industrial. Este crescimento foi interrompido no início da década de 80, com a crise da dívida externa que provocou o colapso do financiamento internacional para os países em desenvolvimento, e a necessidade de desenvolver setores produtivos novos, cuja tecnologia estava sendo criada nos países desenvolvidos.

A paralisação do crescimento industrial ocorreu simultaneamente à estagnação do mercado doméstico. Somente nos anos 90, particularmente depois da queda da inflação com o êxito do Plano Real, o mercado doméstico voltou a se ampliar. Como foi mencionado, a retomada da entrada de capital no país teve como contrapartida o retorno do crédito favorecendo o aumento do consumo e este aumento do consumo reestimulou a produção industrial. Laplane e Sarti, ao tratarem deste assunto, mostram que o desempenho da indústria brasileira no período pós-Real apresenta fortes diferenças setoriais. Alguns setores industriais, como o de bens duráveis e não duráveis de consumo, experimentaram expressivo crescimento da produção e das vendas, fortemente estimulados pela queda da inflação e pela expansão do crédito para o consumo. Já o mau desempenho de outros setores, principalmente os casos de vários segmentos de bens de capital e de alguns de insumos sugere uma fragilização produtiva que juntos com os problemas financeiros do balanço de pagamentos terminaram conduzindo a uma retração dos níveis de atividade.

Para os autores mencionados, esse desigual desempenho dos dois grupos de setores foi resultado de um processo de especialização e de complementaridade produtiva e comercial das grandes empresas, com importação crescente de peças, componentes, máquinas e equipamentos, iniciado por fabricantes de bens finais, a partir da abertura da economia em 1990 e acentuado, nos últimos tempos, em função do câmbio e da disponibilidade de financiamento externo para importações (LAPLANE e SARTI, 1997: 151).

As diferenças nas taxas de crescimento nos diversos setores dá uma primeira idéia da mudança que vem ocorrendo no sistema industrial brasileiro pós-abertura e estabilização. É possível, assim, identificar dentro dos setores os segmentos dinâmicos e estagnados, assim como empreendimentos em criação e em extinção.

Pode-se dizer, com base no estudo de Bielchowsky, que são “relativamente dinâmicos” aqueles segmentos beneficiados pela elevação da capacidade de consumo (via a forte ampliação do crédito ao consumidor promovida pela estabilização dos preços lograda pelo Plano Real) que, por diferentes motivos, não estiveram pressionados por forte concorrência de importações de produtos finais (BIELCHOWSKY, 1998: 27).

Para analisar essas mudanças ocorridas na indústria brasileira é importante observar os investimentos e seus determinantes. O crescimento do mercado interno, a maior proximidade dos clientes e o lançamento de novos produtos são determinantes das decisões de investimento. As empresas combinam vantagens de localização (proximidade dos clientes e de fornecedores) e vantagens de propriedade (controle de tecnologia de novos produtos/processos), para se estabelecer e consolidar sua produção no mercado. A presença de rivais (a abertura comercial e o investimento de concorrentes) é um estímulo para a realização de investimentos no Brasil, sempre que continue o aumento do mercado doméstico e/ou as exportações. A modernização de produtos e processos constitui importante indutor de investimento nas empresas já instaladas no país. Destacam-se os investimentos industriais das empresas estrangeiras que são induzidos pela

expansão do mercado doméstico e se concentram nos setores de bens de consumo duráveis.

Tem chamado a atenção, entretanto, a modesta reação do investimento global à expansão do mercado doméstico. De acordo com Laplane e Sarti, as empresas conseguiram aumentos significativos da produção, a partir de 1993, sem precisar recorrer a substanciais ampliações da capacidade produtiva e não houve uma retomada forte dos investimentos em infra estrutura. Destaca-se que “se não houver realimentação endógena do processo de expansão, o ritmo de crescimento diminuirá” (LAPLANE e SARTI, 1997: 176).

A busca da eficiência por parte das empresas industriais (nacionais e estrangeiras) resultou em aumento das importações de equipamentos, insumos e componentes, sem contrapartida no aumento das exportações. Paradoxalmente, portanto, esses ganhos de bem-estar e de competitividade, resultantes da maior eficiência podem não ser sustentáveis e vir mesmo a constituir-se em obstáculo à continuidade do crescimento.

O aumento do IDE, por sua vez, tem um impacto negativo imediato na balança comercial, na medida em que induz um aumento das importações de bens de capital, além de provocar remessas de lucros e dividendos. Os atuais investimentos contribuem para o déficit comercial e em conta corrente, mesmo que a maturação dos projetos venham a encerrar a fase de importação de equipamentos e permita suprir o mercado com produção local, contribuindo, então, para reduzir o déficit comercial.

Coutinho, ao analisar as mudanças na produção industrial, constata que “todas as evidências indicam que esse tipo de abertura da economia brasileira com forte desproteção cambial tornou-se contraproducente, induzindo uma tendência à desindustrialização e à redução de valor agregado das atividades manufatureiras. Esta tendência só não atingiu os setores competitivos de grande escala de produção — cerca de $\frac{1}{4}$ da indústria — baseados em recursos naturais e energia abundante (e.g., papel e celulose, agribusiness, siderurgia, processamento mineral, alumínio). Mas, neste caso, a rentabilidade das exportações vem sendo onerada pelo câmbio valorizado, dificultando a

capacidade das empresas sofisticarem sua linha de produtos, agregando mais valor no país” (COUTINHO, 1997: 95).

De acordo com Coutinho e outros, a desindustrialização dos setores e segmentos mais atingidos vem se aprofundando, com forte substituição de insumos locais por importados, fechamento de linhas de produção e de unidades fabris inteiras. Assim, em muitos setores, ocorre uma rápida desnacionalização da indústria, dado que as empresas brasileiras, financeiramente mais frágeis, foram colocadas em condições desiguais de competição (exemplos eloqüentes têm ocorrido nos setores de eletrodomésticos, autopeças, alimentos, higiene e limpeza). Apenas nos setores tipicamente domésticos (não afetados pelo comércio internacional) e nos setores produtores de *commodities*, de grande escala de produção e nos quais a competitividade brasileira ainda é muito forte, o estrago não tem sido violento. Duas outras exceções são os setores automobilístico (montadoras) e de têxteis sintéticos, cujos coeficientes de penetração haviam alcançado níveis altos, mas retrocederam por força de esquemas especiais de proteção (COUTINHO e OUTROS, 1999: 70 e 71).

Os atuais investimentos tendem a reproduzir, em maior escala, o perfil da produção local especializada implementado pelas Empresas Estrangeiras, desde o início dos anos 90. “Mudar a inserção internacional, por meio da construção da vantagens capazes de atrair investimentos de empresas estrangeiras e nacionais nos setores mais dinâmicos, não é um problema a ser descartado como se se tratasse apenas de uma utopia desenvolvimentista. É uma questão-chave para o crescimento sustentado. Se esse esforço não for bem sucedido, os únicos recursos para reduzir o déficit comercial serão o freio ao crescimento e/ou os incentivos fiscais aos exportadores e/ou as barreiras à importação” (LAPLANE e SARTI, 1997: 179).

Para os críticos, então, “a bem sucedida estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, antes de abrir a possibilidade de crescimento sustentado e de experimentar a recuperação do terreno perdido durante os longos anos de crise, moldou uma armadilha difícil de desarmar. A opção de sustentar a estabilização com base em juros muito elevados e numa taxa de

câmbio significativamente defasada vem tendo um preço elevado e não facilmente reversível — ou seja, o do aumento estrutural e continuado do patamar de importações, com simultâneo enfraquecimento do dinamismo das exportações industriais e significativa deterioração da posição comercial brasileira. Somem-se a isso as restrições conjunturais e estruturais impostas ao crescimento do crédito e da demanda interna, que, embora úteis para estancar a deterioração das contas externas, representam um fardo pesado e um sério limite à expansão do emprego, já fortemente atingido pelo enfraquecimento competitivo da indústria doméstica” (COUTINHO e OUTROS, 1999: 66).

Para Delfim Netto, o problema na forma adotada na condução do Plano Real é que, por meio dos mecanismos de restrição do crédito e da elevação necessária das taxas de juros, constrói-se a armadilha que impede o crescimento da economia. Cada vez que a economia começa a crescer, amplia-se o déficit em contas-correntes. Entramos no processo que se chama stop and go. “A primeira coisa que acontece quando o câmbio é sobrevalorizado é o seguinte: o país começa a sacar sobre o exterior. Passa a financiar o déficit do governo com o déficit em contas correntes. Rapidamente a situação externa começa a piorar. O país começa a perceber que ela é insustentável. Nesse instante o governo é obrigado a fazer um constrangimento do processo produtivo. Se o produto está crescendo rapidamente, as importações crescem também rapidamente; não se dá suporte ao crescimento do produto pela via do crescimento das exportações, porque as exportações estão sendo constrangidas pelo câmbio real sobrevalorizado. A simples ampliação do produto vai aumentando o buraco em contas-correntes” (NETTO, A. D. 1997: 93 e 94).

Para Tavares, não existem evidências consistentes de que a suposta estratégia anunciada pela equipe econômica como uma aposta de futuro previsível — abertura comercial / importação de bens de capital / aumento do investimento direto nos setores exportadores / aumento da competitividade das exportações / reequilíbrio em um patamar mais elevado e dinâmico do intercâmbio comercial — tenha logrado avanços promissores. Pelo contrário,

aparentemente o efeito retroalimentar das importações de bens de capital sobre a expansão da capacidade exportadora e a competitividade das exportações tem sido muito limitado, inclusive porque a maior parte dessas importações direcionam-se a substituir produção nacional, com impactos marginais, pelo menos até agora, sobre a expansão do coeficiente de investimento da economia e da produção exportável.

Na realidade, a capacidade exportadora do país decresceu durante a vigência do Plano Real, dado que todo o aumento da receita de exportações (23,8%) foi devido a relações de preços favoráveis, particularmente nos segmentos de produtos básicos e semimanufaturados. Em termos de “quantum” o que ocorreu foi uma queda de 1,5% no conjunto de exportações, explicada fundamentalmente pelo decréscimo de 10% nas quantidades exportadas de produtos manufaturados.

Por outro lado, os investimentos diretos estrangeiros, além de dirigirem-se em grande parte a aquisições de ativos preexistentes — 35% a 40% do ingresso bruto desta rubrica em 1996 correspondem a aquisições e fusões com empresas nacionais — têm se localizado preferencialmente em setores “não transacionáveis”, como os serviços (inclusive os públicos), que em 1996 absorveram cerca de 50% do ingresso bruto desse tipo de capital. Os recursos externos obtidos com as privatizações, outra das “bandeiras salvadoras” da fase de transição, além de terem alcançado um volume pouco significativo — foram US\$ 5,1 bilhões no biênio 1995/96, superando escassamente as remessas de lucros e dividendos no mesmo período — são absolutamente inexpressivos vis-à-vis o impacto da política macroeconômica sobre as necessidades de financiamento do setor público e o crescimento exponencial da dívida pública interna. As despesas públicas globais com juros reais ultrapassaram o montante de R\$ 60 bilhões no biênio 1995/96. O provável crescimento da participação de capitais externos na nova fase de processo de privatização (telecomunicações, energia elétrica e petróleo) não alterará, no essencial, esse quadro (TAVARES, M.C. 1997: 115, 116 e 117).

A situação do setor industrial melhorou com a desvalorização cambial no início de 1999. O nível da produção industrial parou de diminuir e até se

recuperou, mas a lentidão com que o país responde ao déficit comercial sugere que não será fácil, nem automático, a conquista de um expressivo superávit comercial a partir da exportação de produtos manufaturados, necessários para auxiliar na correção do desequilíbrio em conta corrente do balanço de pagamentos. Desequilíbrio este que tem levado o governo a não reduzir mais drasticamente o nível das taxas de juros, que é necessário para uma retomada mais firme da atividade econômica.¹

Elementos para o julgamento das mudanças na produção industrial em termos de desindustrialização ou, pelo contrário, de uma reestruturação necessária para construir uma base mais sólida para o crescimento do conjunto da economia, poderão ser reunidos a partir do que vem ocorrendo com a produção industrial e com o produto global do país depois da desvalorização cambial de 1999.

2.3. Desvalorização do Real: janeiro de 1999

A sobrevalorização cambial agravou os efeitos da abertura comercial gerando conseqüências importantes sobre diversos setores da economia, que foram colocados em cheque. As empresas se adaptaram rapidamente, mas o desequilíbrio externo da economia brasileira se agravou, como mostram, de um lado, a passagem de um superávit de comércio relativamente grande para um déficit comercial, e de outro, o aumento do déficit de serviços. No comércio, as importações triplicaram em poucos anos, enquanto as exportações cresceram menos que o total mundial. As empresas se limitaram à defesa de seus espaços individuais focalizando suas atividades onde podia aumentar rapidamente sua competitividade, melhorando a qualidade dos produtos e reduzindo os custos de produção (CASTRO, 1999). Desse comportamento defensivo das empresas resultaram os grandes volumes de importação e a diminuição da densidade das diversas cadeias de produção.

¹ Coutinho, diversos artigos na Folha de São Paulo, no espaço “Lições Contemporâneas”, entre outros do dia 16/07/00.

Em 1997 e 1998 ocorreram as crises asiática e russa e seu contágio nas outras economias emergentes encontrou o programa de estabilização brasileiro com fundamentos bastante frágeis, em termos de equilíbrio orçamentário e do balanço de pagamentos. Até a explosão dessas crises, o déficit de conta corrente do balanço de pagamentos foi coberto pela entrada de capital estrangeiro. A fuga de capital produziu diminuição de reservas e a manutenção da política cambial exigiu elevações nas taxas de juros. Em 1998, o Brasil formalizou um acordo com o FMI, para estancar a perda de reservas e a propagação da crise internacional, permitindo o monitoramento da política econômica nacional por este órgão internacional, em troca de um apoio financeiro multilateral de US\$ 41,5 bilhões (RIGOLON & GIAMBIAGI, 1999).

Assim, com a economia *travada* (CASTRO) por políticas macroeconômicas severamente contracionistas e os próprios agentes levados a uma postura refreadora, chegou-se, em janeiro de 1999, à eminência de uma crise cambial e, por fim, à desvalorização. Esta seria importante na medida em que possibilitaria o aumento das exportações, e conseqüentemente geraria superávit comercial. Desta maneira, em janeiro de 1999 o Real é desvalorizado e para evitar que a desvalorização produzisse uma inflação muito alta, a taxa de juros foi elevada em fevereiro. O nível das taxas de juros, entretanto, começou a diminuir desde abril.

"A desvalorização do Real foi gerada em uma situação de deterioração das condições de custo, prazo e volume do financiamento externo voluntário, disponível para tomadores públicos e privados da economia brasileira. A acelerada trajetória de queda das reservas internacionais, em um quadro de ruptura das condições pregressas de financiamento externo, agravou os riscos inscritos na desvalorização. Estes crescem à medida que a intensidade e o *timing* da depreciação nominal são majorados por uma dinâmica defensiva dos investidores, bancos e empresas, (quando estes buscam diminuir o nível de suas posições descobertas em moeda estrangeira), o que reforça a intensidade e o tempo de pressão sobre a taxa de câmbio nominal" (PEREIRA & CARVALHO, 2000: 7 e 8).

Neste contexto surgiu um problema, pois o esperado superávit comercial necessário para reduzir o déficit de conta corrente do balanço de pagamento está demorando para acontecer. A desvalorização do Real por si só não foi

suficiente. Em primeiro lugar, a desvalorização do Real não foi seguida de uma nova taxa de câmbio estável, se não que o preço do dólar passou a oscilar muito sem que se possa prever o nível em que se estabelecerá. A incerteza sobre o novo preço do dólar prejudica os investimentos, tanto os voltados para a exportação, quanto os que buscam substituir importações, pois a rentabilidade desses investimentos dependerá crucialmente do nível da taxa de câmbio. Além disso, a economia mundial está em desaceleração, o que afeta a demanda pelos principais produtos brasileiros de exportações (geralmente *commodities*). Neste caso o *quantum* cresceu bastante, mas os preços caíram. Esses preços sofreram uma queda por causa da desaceleração da economia mundial e porque em muitos desses produtos o Brasil é um dos líderes no comércio mundial, fazendo com que os preços caiam quando aumenta o volume exportado pelo Brasil. Uma solução para o Brasil seria desenvolver outros produtos, que têm demanda no comércio internacional, mas isto também é complicado, pois o país não tem tradição em desenvolver outras exportações e esses produtos nobres do comércio mundial são muito disputados por países que vêm investindo há muito tempo na criação de uma posição sólida nesses mercados. Para avançar nesta direção o Brasil teria que fazer com que as multinacionais instaladas no país visando o mercado doméstico passassem a exportar, o que não é tarefa fácil e requer todo um aparato de estímulos específicos, configurando uma política industrial.

Para Castro, a tentativa de alteração dos preços relativos em que consiste, em última análise, qualquer desvalorização cambial, teve enorme êxito. Em tais condições, é natural supor que passada a fase de decantação da turbulência inicial e reestabelecidas, progressivamente, as conexões financeiras e comerciais no exterior, as exportações venham a apresentar substancial crescimento. Estariam com isto sendo corrigidos certos exageros cometidos nas fases em que comprar no exterior era um poderoso recurso na luta pela sobrevivência. Além disso, a substituição de importações está sendo desde já impulsionada (CASTRO, 1999: 06).

O aumento das exportações, entretanto, é muito difícil com a economia mundial em desaceleração. Os superávits comerciais que o Brasil obteve na Segunda metade da década de 80 e início da de 90 foram facilitados pelo intenso crescimento do comércio mundial provocado pelo elevado ritmo de

atividade da economia americana e seus expressivos déficits comerciais. As perspectivas da economia internacional hoje são de queda na atividade econômica dos EUA, Europa e Ásia. A substituição de importações, por sua vez, também não é um processo simples e fácil. Pesam muito nas importações partes e componentes para a indústria de bens duráveis de consumo. A fabricação desses produtos envolve grandes economias de escala e o tamanho do mercado brasileiro pode não ser suficiente para justificar a produção local, a menos que parte expressiva da mesma seja exportada. O mercado internacional desses produtos já apresenta crescente capacidade ociosa.

A economia brasileira, então, defronta-se com uma situação de Balanço de Pagamentos nada tranquilizante. Isto não é sentido como um problema imediato e maior, devido à decisiva contribuição do programa de privatização, que atraía capital estrangeiro. Nos primeiros meses de 1999, o processo de privatização assegurou recursos equivalentes a metade do déficit verificado nas transações correntes. Na prática, a mais grave consequência da vulnerabilidade do balanço de pagamentos consistiu em que a economia continua sujeita a bruscas e fortes freadas.

A queda do déficit comercial ocorreu muito mais pela retração das importações, em consequência da queda na atividade econômica, do que pelo aumento das exportações ou da substituição das importações. A contração das importações ocorreu devido a contração da atividade econômica e, para se ter uma substituição das importações mais expressiva é preciso que o governo garanta a rentabilidade do investimento. Para isso a economia não pode estar em recessão e deve-se eliminar os problemas da infra-estrutura, como energia, transporte, entre outros. Além disso, no caso dos componentes para a indústria de bens duráveis de consumo é preciso estimular as exportações para ter uma escala de produção local eficiente.

Então, a partir de 1999 surgiram algumas questões decisivas sobre os efeitos da desvalorização do Real. A desvalorização por si só poderá ser capaz de reverter as distorções do setor externo acumuladas no período 1994-1998? E, a mudança da política cambial será suficiente para impulsionar com vigor as exportações, dispensando, assim, os demais instrumentos e políticas de exportação?

De acordo com o IEDI, as mudanças esperadas são de ordem quantitativa – o que é muito bom – e não qualitativas – o que tornaria a situação muito melhor. Isto significa que as características assinaladas no quadro da “Radiografia do Resultado Comercial” deverão prevalecer após a acomodação da economia e do setor externo brasileiro à mudança de política cambial (IEDI, 2000).

O superávit comercial se amplia em setores tradicionais (alimentos, matérias-primas), em segmentos de mais baixo conteúdo tecnológico e de menor dinamismo; o déficit cai sensivelmente na categoria de produtos “dinâmicos”. Cai também de forma expressiva em setores de demanda crescente no comércio mundial, em setores de média-alta tecnologia e em segmentos de manufaturas. Convém observar que esses resultados foram consequência, em geral, da contração das importações e não de crescimento de exportações (IEDI, 2000).

A análise das exportações após a maxidesvalorização do Real evidencia que o desempenho de 1999, muito inferior ao que foi antecipado por várias fontes, deveu-se principalmente a uma forte queda dos preços em dólares das exportações. Cresceram, por outro lado, os preços das importações brasileiras, ocasionando uma sensível deterioração dos termos de troca.

Em produtos básicos e semimanufaturados, as exportações físicas reagiram prontamente à desvalorização da moeda. Em 1999, o *quantum* exportado aumentou 16% para semimanufaturados e 8,4% para produtos básicos. Portanto, a queda das exportações em valor desses dois grupos (1,8% e 8,8%, respectivamente) deve-se exclusivamente à queda dos preços de exportação, queda esta que se explica muito menos pelo próprio efeito da maxidesvalorização e muito mais pela queda das cotações internacionais de *commodities* devido à retração e crise em mercados internacionais. Até o presente, a queda dos preços de exportação desses produtos ainda não foi revertida (IEDI, 2000).

Neste sentido, os desafios estão em obter uma elevação nas exportações e na geração de superávits comerciais maiores do que o que será permitido pela desvalorização cambial e, tornar o comércio exterior qualitativamente melhor, possibilitando uma pauta de exportação de maior dinamismo e menos sensível à variações de preços internacionais.

"A desvalorização cambial afeta os preços do setor industrial por dois canais fundamentais: por um lado, no contexto de uma economia aberta, ela se materializa em uma pressão sobre os custos industriais. Esse impacto é tão mais intenso quanto maior a participação dos insumos, partes e peças importadas na composição de suas estruturas de custo. Tal efeito direto gera desdobramentos de segunda ordem, cuja intensidade depende do nível de utilização de insumos importados dos fornecedores nacionais (PEREIRA & CARVALHO, 2000: 10).

O outro canal de ligação da desvalorização aos preços depende, de acordo com Pereira e Carvalho, do comportamento dos *mark ups* industriais no contexto de mudança cambial. A mudança de patamar da taxa de câmbio nominal descomprime a pressão concorrencial exercida sobre as decisões de determinação dos *mark ups* praticados pelas empresas líderes no setor transável. A desvalorização tende a ampliar a capacidade das firmas líderes de elevarem as margens, sem que isso se traduza em uma perda de *market share*. Os *mark ups* industriais podem inflar-se em função do ajuste às novas condições de concorrência impostas pelo novo patamar da taxa de câmbio.

A crise cambial brasileira, ao contrário das experiências de alguns países asiáticos, não deflagrou (ou foi deflagrada em função de) uma crise financeira/ bancária. A reforma estrutural do sistema financeiro brasileiro foi caracterizado pela redução da participação das instituições financeiras públicas, ampliação da participação das instituições estrangeiras e aumento da concentração bancária. Este fortalecimento foi essencial para evitar que a crise de 1999 fosse agravada por uma crise bancária.

Castro parte da convicção de que numerosas empresas produtoras de *tradables*, tendo recentemente concluído seu ajustamento, deparam-se hoje, inesperadamente, com uma desvalorização que lhes propicia, daqui para a frente boas oportunidades de lucro. Quanto à economia, desde que não surjam novos tropeços ou choques, encontra-se, como já foi dito, numa posição de largada para um crescimento que Castro tratou de caracterizar como fácil, medíocre, e altamente sujeito a interrupções. Este é, contudo, o crescimento inerente à grande reforma microeconômica dos anos 90. A argumentação procedente avança a hipótese de que uma nova rodada de reestruturações poderia ser incentivada e apoiada. Não se trataria, agora, de mudanças

meramente reativas² e seu objetivo maior seria o deslocamento para cima do potencial de crescimento a ser efetivado – sustentadamente – nos próximos anos. Como já foi também assinalado, esta opção significaria que, uma vez destravada a macroeconomia, se tentaria destravar a evolução das próprias empresas (CASTRO, 1999: 12).

² Entende-se por estratégias reativas as empresas permanecerem presas às trincheiras, ou seja, as indústrias são mantidas como antes da abertura e da valorização.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS BRASILEIROS PARA O PERÍODO DE REAL VALORIZADO

Este capítulo faz um estudo dos fluxos do comércio exterior brasileiro dividindo a economia em setores a partir dos dados de comércio fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) para o período de 1989 a 1997 que se caracterizou pela abertura comercial e moeda nacional valorizada, esta última desde 1994. As informações são analisadas de maneira agregada (por capítulo a dois dígitos) e para alguns casos de forma mais desagregada (a quatro dígitos), para melhor visualização dos acontecimentos.

Foi criada uma tabela, anexo I, que apresenta todos os capítulos - de forma agregada - da pauta de importação e exportação do Brasil para os anos de 1989 e 1997. Ela contém o valor, em milhões de dólares, dos fluxos comerciais, a taxa de crescimento anual e os saldos de comércio. Os setores estão apresentados em códigos e por isso encontra-se no anexo II a lista dos códigos com seus respectivos nomes, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul.

A metodologia utilizada para fazer o estudo das exportações brasileiras foi a seguinte: os capítulos foram separados em "blocos" segundo os valores da exportação e a taxa anual de crescimento no período 1989 a 1997. Foi estipulado o valor US\$Fob 200 milhões como limite mínimo de exportação setorial significativa. Ou seja, os grupos de produtos (ou setores) que exportaram um valor menor do que este, foram considerados como de exportação inexpressiva. Alguns setores tiveram exportações significativas nos dois anos considerados, enquanto outros apresentaram exportações significativas somente em 1989 e outros ainda passam a ter exportações significativas somente em 1997. Os setores que não tiveram exportações iguais ou maiores do que US\$Fob 200 milhões nos dois anos considerados não foram incluídos na tabela e portanto estão fora da análise por não terem exportação significativa. Os setores com exportação significativa em 1989 foram, por sua vez, reclassificados segundo a taxa anual de crescimento da exportação entre 1989 e 1997. Foram especificados seis grupos de setores com exportação significativa em 1989. O primeiro teve crescimento das exportações maior do que 7% ao ano, que foi o ritmo de crescimento das exportações a nível

mundial. O segundo teve crescimento das exportações entre 5,5% e 7% ao ano, ou seja, entre o ritmo de crescimento das exportações do Brasil e do total mundial. No terceiro, o crescimento das exportações situou-se entre 2% e 5,5%, sendo que 2% foi o ritmo de crescimento do PIB no Brasil entre 1989 e 1997. No quarto grupo as exportações cresceram menos do que 2% ao ano. Nos dois outros grupos as exportações diminuíram entre 1989 e 1997. No quinto as exportações continuaram significativas em 1997 enquanto no sexto elas deixaram de ser significativas neste último ano.

A partir desta separação dos setores pôde-se fazer uma análise das exportações brasileiras no período entre 1989 e 1997, destacando os setores que mais contribuíram para o crescimento das exportações e aqueles que encontraram dificuldades para sustentar o nível de exportações que tinham alcançado em 1989. O tipo de produto e a área de destino das exportações proporcionaram elementos que permitiram discutir os efeitos da abertura econômica e da manutenção do Real valorizado sobre as exportações brasileiras, resgatando as colocações expostas nos diagnósticos *otimista* e *crítico* acerca da reestruturação produtiva do Brasil nos anos 90. Uma análise semelhante foi também realizada com os fluxos de importação

3.1. Estudo das Exportações Brasileiras

A tabela abaixo mostra o número de setores que se encontram em cada "bloco", a partir da separação adotada:

Tabela 1

Distribuição dos setores com exportação significativa segundo ritmo de crescimento das exportações

Seleção	Número	Volume de exportação em 1989 (%)	Volume de exportação em 1997 (%)
Volume em 1989 > 200 mi e cresce 7% ou mais	12	24,7	36,7
Volume em 1989 >200 mi e cresce 5,5% a 7%	3	13	13,9
Volume em 1989 >200 mi e cresce 2% a 5,5%	10	31,2	26,3
Volume em 1989 >200 mi e cresce menos que 2%	1	3,3	2,1
Volume em 1989 e 1997 >200 mi e decresce	3	16,1	7,9
Volume em 1989 >200 mi e em 1997 < 200 mi e decresce	2	1,9	0,5
Volume em 1989 < 200 mi e em 1997 > 200 mi	11	4,3	6,7
TOTAL DOS SETORES COM EXPORTAÇÃO SIGNIFICATIVA	42	94,5	94,1
TOTAL DOS SETORES	97	100	100

O primeiro grupo, que representa os capítulos de produtos com volume de exportação superior a US\$Fob 200 milhões em 1989 e taxa de crescimento maior que 7% ao ano entre 1989 e 1997, apresenta os setores em que o Brasil teve grande desempenho no comércio mundial, levando em consideração que além do volume das exportações ser expressivo, o crescimento foi maior do que o verificado com as exportações mundiais.

Tabela 2

Setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações maior do que 7% entre 1989 e 1997

Produtos	Exportações em 1989	Exportações em 1997	Crescimento
Açúcares	389,0	1.860,0	21,6
Peles e couros	242,0	740,0	15,0
Madeira e carvão vegetal	410,0	1.220,0	14,6
Fumo e manufaturados	569,0	1.660,0	14,4
Carnes	465,0	1.300,0	13,6
Borracha	300,0	774,0	12,6
Sementes, grãos e plantas industriais	1.160,0	2.480,0	9,9
Automóveis	2.320,0	4.620,0	9,0
Preparações alimentícias	246,0	460,0	8,1
Produtos químicos inorgânicos	252,0	456,0	7,7
Ferro e aço	408,0	706,0	7,1
Café e chá	1.650,0	2.850,0	7,1
TOTAL	8.411,0	19.126,0	10,8

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

Pela tabela 2 pode-se perceber que a maior parte dos produtos em que o Brasil teve grande desempenho no comércio entre 1989 e 1997 são produtos primários que no geral apresentam demanda em crescimento mais lento, forte competição de vários países produtores e tendência declinante de preço, em comparação com os produtos tecnologicamente mais sofisticados. Levando em consideração as alterações que vêm ocorrendo no comércio internacional nas quais cada vez mais os produtos com maior conteúdo tecnológico ganham crescente importância, pode-se dizer que o Brasil estaria caminhando na direção contrária, confirmando, de certa forma, a hipótese de Gonçalves de reprimarização do padrão de comércio internacional brasileiro. As exceções do primeiro grupo são produtos de borracha e automóveis, que não são produtos primários. Como um todo, as exportações do primeiro grupo passaram de 24,7% da pauta de exportação brasileira em 1989 para 36,7% em 1997. O aumento das exportações desses 12 setores respondeu por 59,2% do aumento total das exportações brasileiras entre 1989 e 1997.

A tabela 3 mostra o destino das exportações dos capítulos que fazem parte deste primeiro grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 3

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações maior do que 7% entre 1989 e 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Açúcares e produtos de confeitaria	27,4	31,3	13,7	8,6	7,2	2,3	3,6	0,2	2,7	4,1	0,1	0,1	18,5	20,6	19,5	27,8	1,0	3,1	6,4	2,0
Borracha e suas obras	6,0	1,8	36,8	26,6	16,2	19,7	1,0	0,3	9,2	36,6	0,9	1,2	11,1	0,8	3,5	2,2	1,1	0,8	14,2	10,0
Café, chá, mate e especiarias	0,3	1,0	25,2	17,6	0,7	0,7	8,3	8,8	1,9	4,7	1,1	1,0	2,2	2,3	0,3	0,5	7,6	6,4	52,5	57,0
Carnes e miudezas, comestíveis	3,4	1,6	0,2	0,0	4,6	0,6	13,8	11,9	0,6	10,0	7,6	12,9	31,5	28,2	0,8	3,6	6,2	1,5	31,3	29,7
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados	5,6	1,5	18,0	15,2	2,4	3,9	2,6	4,4	0,9	16,4	2,1	1,4	4,7	0,9	6,4	12,9	5,3	3,7	52,0	39,7
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	3,0	2,9	24,9	30,9	11,3	8,8	0,7	5,1	1,2	4,8	0,2	5,0	3,8	1,9	1,1	3,1	1,1	0,2	52,7	37,3
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	8,8	2,8	30,8	18,1	19,1	43,1	0,3	0,4	7,2	24,0	2,4	1,1	3,7	1,2	15,6	4,1	0,7	0,7	11,4	4,6
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	0,8	1,3	18,9	12,9	0,4	1,7	0,3	1,3	1,8	1,1	10,3	19,0	0,5	0,3	4,4	9,2	1,1	1,2	61,5	52,1
Preparações alimentícias diversas	0,9	0,8	27,3	11,5	1,3	4,9	14,0	12,2	1,0	8,6	1,9	2,4	1,0	0,4	34,5	29,2	3,8	20,6	14,3	9,3
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou org	1,4	2,8	42,3	22,6	5,6	5,8	18,5	16,1	7,3	22,7	1,4	0,4	0,2	4,4	1,7	7,2	0,6	3,3	21,1	14,7
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos div	0,0	1,2	0,1	2,1	0,2	1,2	13,8	5,6	0,0	1,5	3,4	2,7	0,0	0,6	3,4	8,3	1,8	2,1	77,2	74,8
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos ter	3,4	4,1	33,0	12,1	18,9	18,8	0,1	0,1	6,9	48,1	1,1	0,4	5,9	0,8	1,9	1,8	0,3	1,5	28,4	12,4
Total Global	3,7	5,1	22,6	13,0	8,4	8,7	5,7	4,3	3,5	18,5	2,1	2,8	5,8	4,9	4,6	7,3	2,9	3,0	40,8	32,4

Fonte: Secex

Analisando as exceções deste primeiro grupo, que não são produtos primários, nota-se que, em 1997, a maior parte das exportações ocorreram para o Mercosul e/ou o restante da América Latina. No caso de produtos de borracha onde sobressaem pneus de automóveis, 36,6% é destinado ao Mercosul e 19,7% para o restante da América Latina, perfazendo no conjunto 56,3% do total da exportação de produtos de borracha. Entre 1989 e 1997, a participação do Mercosul como destino das exportações de produtos de borracha aumentou de 9,2% para 36,6%. A contrapartida deste aumento da participação do Mercosul como destino das exportações de produtos de borracha foi a diminuição da participação da Alcan de 36,8% para 26,6%, da África de 6,0% para 1,8%, do Oriente Médio de 11,1% para 0,8% e da União Européia de 14,2% para 10,0%. A participação conjunta da Alcan e União Européia como destino da exportações de produtos de borracha, diminuiu de 51,0% para 36,6%. Já a participação da África e do Oriente Médio diminuiu de 17,1% para 2,6%. O caso das exportações de produtos de borracha expressa muito bem a reorientação da geopolítica da diplomacia brasileira, que passou a enfatizar o Mercosul em detrimento do esforço por estreitar o relacionamento

do Brasil com os países da África e do Oriente Médio. Em todo caso, foi marcante o declínio relativo das exportações de produtos de borracha para países desenvolvidos da Alcan e União Européia.

No caso dos automóveis, o Mercosul absorveu 48,1% das exportações de 1997 e o restante da América Latina 18,8%. Entre 1989 e 1997, o Mercosul como destino das exportações de veículos automotores, tratores, ciclos e outros veículos aumentou de 6,9% para 48,1%. A contrapartida deste aumento do Mercosul como destino das exportações de veículos foi o declínio da Alcan de 33,0% para 12,1% e da União Européia de 28,4% para 12,4%. Esses resultados não são satisfatórios, pois seria interessante exportar produtos mais sofisticados para a Alcan e a União Européia, que são regiões mais desenvolvidas e, conseqüentemente, demandam em grande medida os produtos mais elaborados.

De um modo geral, mesmo em 1997, as exportações totais deste grupo são equilibradas por região de destino, com 32,4% destinando-se para a União Européia, 27,2% para o conjunto da América Latina, 13,0% para a Alcan e 19,3% para a Ásia (Japão, Nic's, Oriente Médio e restante da Ásia). Este equilíbrio traduz o fato de que os países mais desenvolvidos são os grandes consumidores dos produtos primários brasileiros. A participação da América Latina como destino das exportações deste primeiro grupo de produtos entre 1989 e 1997 aumentou de 11,9% para 27,2%, enquanto a Alcan diminuiu de 22,6% para 13,0% e a União Européia de 40,8% para 32,4%, tendo-se mantido em torno de 19% a participação da Ásia.

O segundo grupo, que representa as classes de produtos com volume de exportação superior a US\$Fob 200 milhões e taxa de crescimento entre 5,5% e 7% também tiveram um bom desempenho no comércio internacional. Apesar da taxa de crescimento ter sido menor que a do comércio mundial, abrangem aqueles produtos que apresentaram um crescimento superior ao do total das exportações brasileiras. Esses produtos estão representados na tabela 4 abaixo.

Tabela 4

Setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 5,5% e 7% de 1989 a 1997

Produtos	Exportações em 1989	Exportações em 1997	Crescimento
Reatores nucleares, caldeiras e máquinas	2.730,0	4.530,0	6,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.080,0	1.780,0	6,5
Papel e cartão	609,0	966,0	5,9
TOTAL	4.419,0	7.276,0	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

Diferentemente do caso anterior, esses produtos são mais sofisticados, o que se aproximaria da hipótese de modernização do diagnóstico otimista sobre a reestruturação da economia brasileira nos anos 90. Os autores deste balanço otimista afirmam que primeiro o Brasil aumentou suas importações, principalmente de máquinas e equipamentos, e posteriormente passaria a exportar produtos mais sofisticados e diversificados. Os produtos deste segundo grupo representam em 1989 13,0% da pauta de exportação brasileira e em 1997 passaram a representar 14,0%.

A tabela 5 mostra o destino das exportações dos capítulos que fazem parte deste segundo grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 5

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 5,5% e 7% de 1989 a 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; a	1,4	1,6	50,6	38,6	13,1	15,0	0,4	0,7	8,0	27,0	1,7	1,5	1,5	0,6	1,1	4,1	0,2	0,5	21,9	10,4
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de	11,6	7,5	3,2	6,6	15,1	15,3	1,5	0,9	4,1	34,0	4,2	4,0	14,3	10,9	8,0	5,1	0,9	0,0	37,0	15,7
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instru	2,8	2,1	51,4	32,5	11,7	16,6	1,4	1,3	5,7	26,9	1,9	1,1	3,6	0,8	2,9	4,2	1,1	0,9	17,5	13,7
Total Global	3,7	2,7	44,6	30,6	12,5	16,0	1,2	1,1	6,1	27,8	2,2	1,6	4,6	2,1	3,2	4,3	0,8	0,7	21,3	13,2

Fonte: Secex

Esses produtos, como um todo, apresentam como principal destino a Alcan, que absorveu 30,6% da exportação total desses produtos em 1997 e em segundo lugar o Mercosul, com 27,8%. Este grupo de produtos, entretanto, mostra a mesma tendência de alteração no destino das exportações constatado no grupo anterior. A participação da América Latina como destino das exportações deste segundo grupo de produtos, aumentou de 18,6% para 43,8%, enquanto diminuiu a participação da Alcan de 44,6% para 30,6% e da União Européia de 21,3% para 13,2%.

Analisando o capítulo que representa os reatores, caldeiras e máquinas, de maneira mais desagregada, nota-se que são poucos os produtos que apresentam como principal destino a Alcan. Alguns produtos a quatro dígitos, entretanto, apresentam mais de 50% de suas exportações em 1997 para Ásia, Alcan e União Européia. É o caso de condensadores elétricos de incandescência, lâmpadas, tubos e válvulas, máquinas e aparelhos elétricos com função própria e eletrodos de carvão. Esses produtos parecem confirmar a hipótese de modernização dos otimistas, pois são produtos mais sofisticados que são exportados para regiões mais desenvolvidas tecnologicamente.

Outro grupo interessante de ser analisado para testar a hipótese do diagnóstico otimista da reestruturação da economia brasileira nos anos 90 seria aquele formado pelos setores que exportam menos de US\$Fob 200 milhões em 1989 e passaram a exportar mais de US\$Fob 200 milhões em 1997. A exportação desses produtos passou a ser significativa na década de 90 expressando diversificação da pauta de exportação. Estes produtos estão representados abaixo, na tabela 6.

Tabela 6
Setores com exportação não significativa em 1989 e com exportação significativa em 1997

Produtos	Exportações em 1989	Exportações em 1997	Crescimento
Pérolas naturais e pedras preciosas	152,0	673,0	20,4
Móveis e mobiliário médico cirúrgico	56,4	391,0	27,4
Produtos diversos das indústrias químicas	182,0	380,0	9,6
Frutas	185,0	301,0	6,3
Obras de pedra, gesso e cimento	61,3	299,0	21,9
Instrumentos e aparelhos de optica e fotografia	170,0	272,0	6,1
Produtos cerâmicos	173,0	249,0	4,7
Outros artefatos têxteis confeccionados	188,0	246,0	3,5
Ferramentas e artefatos de cutelaria	127,0	244,0	8,5
Tintas e vernizes	59,6	231,0	18,5
Produtos para fotografia e cinematografia	110,0	226,0	9,4
TOTAL	1.464,3	3.512,0	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

Nenhum desses produtos que exprimem a diversificação da pauta de exportação brasileira alcançou um peso considerado no total da exportação e em alguns deles foi relativamente pequeno o aumento da exportação na década de 90. Eles representavam 4,3% da pauta de exportação brasileira em 1989 e passaram a representar 6,7% em 1997, um aumento de participação significativo (de mais de 50%).

A tabela 7 mostra o destino das exportações dos capítulos que fazem parte deste grupo. Como sempre, os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 7

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação não significativa em 1989 e com exportação significativa em 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; p	5,7	2,9	9,8	8,2	21,4	19,9	0,7	1,4	17,4	37,2	0,9	1,2	1,0	0,6	3,9	3,5	8,5	1,4	30,7	23,7
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas part	5,4	3,2	35,2	13,7	24,0	16,5	1,9	1,8	7,1	40,2	2,3	1,5	1,8	1,9	5,6	6,0	0,6	3,4	16,2	11,8
Frutas; cascas de cítricos e de melões	0,4	0,5	57,8	50,3	0,1	0,5	0,4	0,3	8,8	6,1	0,1	0,3	1,3	2,2	1,8	1,8	0,3	0,4	28,9	37,5
Intrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematogr	1,6	0,8	57,1	31,6	11,3	22,0	0,5	1,1	4,1	19,0	2,1	2,1	1,9	0,4	4,8	2,4	0,7	1,3	16,0	19,4
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e	4,7	1,8	47,4	17,5	18,7	9,1	0,1	0,1	7,8	19,3	0,1	0,2	2,7	0,5	1,7	0,3	0,5	0,8	16,3	50,4
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matéria	2,9	2,5	26,8	22,1	18,1	9,0	4,8	2,1	17,8	12,4	1,8	7,0	1,1	0,8	3,9	4,1	0,3	1,2	22,5	38,8
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefato	0,8	0,5	38,8	23,1	10,4	6,7	0,1	0,7	9,0	36,4	0,0	0,0	3,4	1,3	1,8	0,6	3,7	2,6	32,0	28,0
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipre	0,1	0,1	37,6	57,1	4,0	1,0	11,2	1,0	0,0	1,1	2,0	3,8	0,3	1,5	3,5	2,1	10,8	18,8	30,4	13,5
Produtos cerâmicos	6,3	4,7	40,7	27,0	12,5	20,0	0,1	0,1	9,2	29,6	3,1	0,2	7,2	0,5	5,2	4,7	1,1	0,2	14,8	13,0
Produtos diversos das indústrias químicas	1,6	1,2	11,2	11,4	11,2	20,2	1,3	0,8	13,4	50,8	4,7	0,5	1,7	0,3	4,7	3,7	0,4	0,2	49,6	10,8
Produtos para fotografia e cinematografia	0,2	0,1	57,8	23,8	11,2	20,0	0,0	1,5	7,4	22,7	11,6	6,4	0,4	0,1	4,0	18,0	0,1	0,4	7,3	7,0
Total Global	2,3	1,5	39,8	29,3	11,2	11,5	1,9	1,0	8,4	22,2	2,6	2,2	2,3	1,0	3,8	3,7	2,3	4,5	25,5	23,1

Fonte: Secex

Esses produtos, como um todo, apresentam como principal destino das exportações a Alcan, representando, em 1997, 29,3% da pauta e o Mercosul, alcançando 22,2% da pauta. A participação do Mercosul como destino das exportações desses produtos, que passaram a ser significativas em 1997, aumentou de 8,4% para 22,2%, em consequência, principalmente, da diminuição do peso da Alcan de 39,8% para 29,3%, mostrando a importância que teve o Mercosul como destino dessas exportações para que elas se tornassem significativas em 1997.

Há também setores que apresentam exportações significativas em 1989, ou seja, acima de US\$Fob 200 milhões, porém com crescimento mais lento que o crescimento das exportações brasileira e mundial. Esses produtos estão apresentados nas tabelas 8, 10, 12 e 14 a seguir. O lento crescimento das exportações desses setores respalda o diagnóstico pessimista da reestruturação da economia brasileira na década de 1990.

Tabela 8

Setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 2% e 5,5% de 1989 a 1997

Produtos	Exportações em 1989	Exportações em 1997	Crescimento
Pastas de madeira, papel ou cartão de reciclar	688,0	1.020,0	5,1
Produtos químicos orgânicos	798,0	1.160,0	4,8
Plásticos	578,0	830,0	4,6
Gorduras e óleos animais ou vegetais	528,0	751,0	4,5
Preparações de carne e de peixes	206,0	283,0	4,0
Alumínio	1.100,0	1.380,0	2,8
Minérios, escórias e cinzas	2.450,0	3.060,0	2,8
Resíduos das indústrias alimentares	2.300,0	2.840,0	2,7
Calçados e polainas	1.310,0	1.590,0	2,5
Aeronaves e aparelhos espaciais	662,0	789,0	2,2
TOTAL	10.620,0	13.703,0	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

A tabela 8 apresenta os setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 2% e 5,5% de 1989 a 1997. Esses capítulos representavam 31,2% da pauta de exportação brasileira em 1989 e passam a representar 26,3% em 1997.

Nota-se que esses capítulos são significativos na pauta de exportação brasileira, porém estão caindo na participação, ou seja, seu crescimento foi menor do que o crescimento total das exportações brasileiras.

A tabela 9 mostra o destino das exportações dos capítulos que fazem parte deste grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 9

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 2% e 5,5% de 1989 a 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	5,9	0,1	57,6	48,0	0,0	29,2	0,0	0,1	0,2	2,9	0,0	0,0	4,8	0,0	0,5	0,1	0,8	0,0	30,2	19,6
Alumínio e suas obras	0,9	0,5	11,0	3,7	3,2	4,1	32,6	45,8	1,8	6,6	0,8	5,7	2,7	1,5	5,1	0,7	4,1	0,2	37,9	31,1
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	0,2	0,2	75,2	69,1	3,1	5,3	0,3	0,8	0,8	5,7	0,1	1,0	0,1	0,3	1,0	2,2	0,6	1,2	18,7	14,4
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua disso	11,4	2,3	9,6	4,2	2,7	2,3	1,6	3,2	0,7	2,4	2,0	6,1	16,9	12,0	40,4	46,8	1,0	1,3	13,7	19,4
Minérios, escórias e cinzas	2,0	3,0	8,9	9,7	3,0	1,5	22,0	17,6	5,1	4,8	5,4	5,9	2,9	4,9	5,7	12,2	4,6	3,3	40,4	37,3
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas	0,6	0,1	29,9	25,2	1,6	1,2	20,4	16,6	1,2	1,8	2,8	6,2	0,0	0,4	1,3	11,6	0,1	0,1	42,2	36,9
Plásticos e suas obras	5,6	3,0	13,6	9,9	18,8	17,2	1,5	0,1	11,4	50,9	6,3	3,7	6,1	0,6	19,5	4,1	0,1	1,8	17,2	8,7
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de molusc	0,9	0,5	18,0	24,8	7,1	7,1	1,0	1,9	1,2	10,4	0,9	1,9	3,0	3,1	0,3	1,5	1,7	1,0	66,0	47,7
Produtos químicos orgânicos	1,7	3,0	21,2	18,4	5,5	8,0	5,2	9,9	17,2	22,3	11,5	7,8	0,2	0,6	3,9	4,2	2,6	2,6	31,0	23,2
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; aliment	2,2	0,9	0,2	0,1	1,0	0,3	0,5	2,7	0,0	0,5	0,8	2,0	1,7	0,4	6,3	20,0	17,4	5,9	69,9	67,3
Total Global	2,4	1,5	21,2	18,1	3,4	5,2	10,5	11,5	3,5	8,1	3,0	4,1	2,9	2,2	6,8	11,3	5,7	2,5	40,5	35,5

Fonte: Secex

Esses produtos, como um todo, apresentam como principal destino das exportações no ano de 1997 a União Européia, representando 35,5% da pauta e a Ásia, representando 29,1% da pauta. No caso deste grupo de produtos, ao contrário dos três grupos anteriores, não foram tão expressivas as mudanças no tipo de país de destino das exportações. A participação da América Latina passou de 6,9% para 13,3%, enquanto a diminuição da Alcan foi de 21,2% para 18,1% e a da União Européia de 40,5% para 35,5%, tendo aumentado a participação da Ásia de 23,2% para 29,1%.

Analisando o capítulo correspondente a plásticos, nota-se que em alguns produtos 50,9% das exportações são destinadas ao Mercosul. Esse grupo poderia ser utilizado para ir contra a hipótese de modernização dos otimistas, levando em consideração o destino das exportações. Porém, quando se analisa de maneira mais desagregada, ou seja, a quatro dígitos, percebemos que alguns produtos são sinônimos de modernização, exportando mais do que 50% para a Ásia, Alcan e União Européia. Alguns desses produtos seriam, por exemplo, as resinas de petróleo e celulose e seus derivados.

Tabela 10

Setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações menor de que 2% entre 1989 e 1997

Produto	Exportação em 1989	Exportação em 1997	Crescimento
Preparações de produtos hortícolas e de frutas	1.120,0	1.120,0	0,0

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

A tabela 10 apresenta o setor com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações menor do que 2% entre 1989 e 1997. Na verdade, a exportação de produtos de horta e frutas não cresceu entre 1989 e 1997 e sua participação na pauta de exportação brasileira diminuiu de 3,3% para 2,1%.

A tabela 11 mostra o destino das exportações deste capítulo. Novamente, os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 11

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações menor do que 2% entre 1989 e 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997		
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras	0,6	0,1	41,6	19,1	0,9	1,7	3,0	6,7	0,6	4,0	2,0	3,7	1,0	0,2	2,6	2,3	0,2	0,2	47,6	62,1

Fonte: Secex

Como pode-se notar pela tabela, este capítulo apresenta como principal destino a União Européia, representando 62,2% da pauta de exportação brasileira para o ano de 1997. Entre 1989 e 1997 a participação da União Européia como destino das exportações de produtos de horta e frutas aumentou de 47,6% para 62,1%, tendo diminuído simetricamente a participação da Alcan de 41,6% para 19,1%. Esses são os dois destinos principais das exportações de produtos de horta e frutas. O valor dessas exportações em 1997 é exatamente igual ao de 1989, tendo o aumento das

exportações para a União Européia compensado a diminuição das exportações para a Alcan.

Tabela 12

Setores com exportação significativa em 1989 e em 1997 e crescimento anual das exportações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	Exportações em 1989		Exportações em 1997		Crescimento
Ferro fundido, ferro e aço	4.180,0		3.580,0		-1,9
Algodão	470,0		247,0		-7,7
Combustíveis minerais	852,0		318,0		-11,6
TOTAL	5.502,0		4.145,0		

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

A tabela 12 apresenta os setores com exportação significativa em 1989 e em 1997, mas com diminuição das exportações entre 1989 e 1997. Esses capítulos, mesmo apresentando queda da exportação, ainda são significativos para a pauta de exportação brasileira em termos de volume. Eles representam 16,1% da pauta em 1989 e passa a representar 8,0% da pauta em 1997.

A tabela 13 mostra o destino das exportações dos capítulos que fazem parte deste grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 13

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação significativa em 1989 e em 1997 e crescimento anual das exportações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Algodão	0,9	0,3	14,8	13,0	4,9	32,4	1,9	0,0	1,9	43,7	17,0	0,6	0,4	0,6	20,6	0,7	5,6	2,2	32,1	6,5
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua des	3,0	1,5	75,2	26,0	8,9	34,1	0,1	0,0	5,7	25,0	3,2	0,0	0,0	0,0	1,8	1,6	0,0	0,8	2,0	10,9
Ferro fundido, ferro e aço	2,7	0,6	20,0	37,6	6,2	7,2	13,7	7,0	2,5	10,3	15,2	13,0	2,6	0,5	20,6	10,2	4,2	2,2	12,3	11,3
Total Global	2,6	0,7	28,1	35,3	6,5	10,7	10,6	6,0	3,0	13,4	13,5	11,3	2,0	0,5	17,7	9,0	3,7	2,1	12,4	11,0

Fonte: Secex

Como pode-se perceber, esses produtos, como um todo, apresentam como principal destino das exportações no ano de 1997 a Alcan, representando 35,3% da pauta e a Ásia, representando 26,8% da pauta. A América Latina

como destino das exportações desses produtos aumentou de 9,5% para 24,1% e da Alcan também aumentou de 28,1% para 35,5%, tendo diminuído a participação da Ásia de 43,8% para 26,8% e da União Europeia de 12,4% para 11,0%. Ou seja, a diminuição das vendas desses produtos para a Ásia, entre 1989 e 1997, foi o principal responsável pelo declínio das exportações desses produtos na década de 1990.

Tabela 14

Setores com exportação significativa em 1989 e não significativa em 1997 e crescimento anual das exportações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	Exportações em 1989	Exportações em 1997	Crescimento
Cacau	368,0	186,0	-8,2
Estanho	284,0	65,5	-16,8
TOTAL	652,0	251,5	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

E, finalmente, a tabela 14 apresenta os setores com exportação significativa em 1989 e não significativa em 1997 e diminuição das exportações entre 1989 e 1997. Esses produtos representam, de uma certa forma, um perigo para a pauta, levando em consideração a elevada queda no volume. Eles representavam 2,0% da pauta de exportação em 1989 e passam a representar apenas 0,5% da pauta em 1997. Eles já eram pouco expressivos em 1989.

A tabela 15 mostra o destino das exportações dos capítulos que fazem parte deste grupo. Novamente, os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é exportado para cada região.

Tabela 15

Participação das exportações (%) por região dos setores com exportação significativa em 1989 e não significativa em 1997 e crescimento anual das exportações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Europeia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Cacau e suas preparações	1,2	0,2	44,9	24,6	2,2	10,3	7,7	5,3	3,9	42,1	0,0	0,6	0,1	0,8	21,1	4,4	8,0	0,9	10,9	10,9
Estanho e suas obras	0,0	0,0	23,3	69,0	0,4	6,9	0,2	0,0	1,8	12,4	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	74,2	11,4
Total Global	0,7	0,2	35,5	36,1	1,4	9,4	4,4	3,9	3,0	34,4	0,0	0,4	0,1	0,6	11,9	3,2	4,6	0,7	38,4	11,1

Fonte: Secex

Esses produtos, como um todo, apresentam como principal destino das exportações no ano de 1997 a Alcan, representando 36,1% da pauta e o Mercosul, representando 34,4% da pauta exportadora. A participação do Mercosul entre 1989 e 1997 aumentou de 3,0 para 34,4%, tendo diminuído a participação da União Européia de 38,4% para 11,1% e da Ásia de 16,4% para 8,1%. A queda das exportações de cacau e estanho na década de 1990 se deve as menores vendas desses produtos principalmente para a União Européia e Ásia.

Tabela 16

Total das exportações destinadas a cada região e a participação para os anos de 1989 e 1997

Regiões	Exportação em 1989	Participação em 1989	Exportação em 1997	Participação em 1997
União Européia	11.038.137.367	32,1	14.511.107.667	27,4
ALCAN	9.583.233.123	27,9	10.687.892.816	20,2
MERCOSUL	1.379.717.221	4,0	9.043.639.258	17,1
América Latina e Caribe	2.343.043.045	6,8	4.970.585.006	9,4
NIC's	1.455.486.431	4,2	1.887.963.294	3,6
Restante da Europa	1.201.585.137	3,5	1.269.886.878	2,4
Restante da Ásia	2.787.574.713	8,1	4.559.735.328	8,6
África	964.535.435	2,8	1.506.820.577	2,8
Japão	2.435.770.570	7,1	3.068.156.546	5,8
Oriente Médio	1.193.536.668	3,5	1.480.057.669	2,8
	34.382.619.710	100,0	52.985.845.039	100,0

Fonte: Secex

A análise do crescimento e das mudanças na pauta de exportação brasileira mostram o resultado do esforço implementado pela diplomacia brasileira de consolidar o Mercosul. Assim, o total das exportações passou, entre 1989 e 1997, de 34,3 bilhões de dólares para 52,9 bilhões, num crescimento médio anual de 5,5%, sendo que para o Mercosul as exportações aumentaram de 1,3 bilhão para 9,0 bilhões, num crescimento médio anual de 26,5%, elevando o peso do Mercosul como destino das exportações brasileiras de 4,0% para 17,1%. Também foi bastante expressivo o crescimento das exportações para o resto da América Latina e Caribe, ao passar de 2,3 bilhões para 4,9 bilhões, num crescimento médio anual de 9,9%, elevando o peso

desta região como destino das exportações brasileiras de 6,8% para 9,4%. Em compensação, as exportações brasileiras para a Alcan cresceram num ritmo médio anual de somente 1,4%, passando de 9,5 bilhões para 10,6 bilhões, reduzindo o peso desta região como destino das exportações brasileiras de 27,9% para 20,2%. O desempenho das exportações brasileiras para a União Européia foi algo melhor, crescendo a 3,5% ao ano, passando de 11,0 bilhões para 14,5 bilhões, reduzindo a importância relativa desta região como destino das exportações brasileiras de 32,1% para 27,4%.

A mudança apontada no destino das exportações brasileiras respalda o diagnóstico pessimista na avaliação do caráter da reestruturação da economia brasileira na década de 1990. Mas ainda, sabendo-se que as exportações brasileiras para a União Européia são constituídas fundamentalmente de produtos primários, enquanto as exportações de produtos manufaturados para países desenvolvidos se concentram na Alcan e principalmente nos Estados Unidos, onde foi pior o desempenho das exportações brasileiras.

3.2. Estudo das Importações Brasileiras

A tabela abaixo mostra o número de setores que se encontram em cada "bloco", a partir da separação adotada em função do nível e ritmo de crescimento das importações. A comparação desta tabela com a das exportações mostra como o crescimento das importações foi muito mais intenso e generalizado do que o das exportações. Em primeiro lugar, o crescimento das importações brasileiras na década de 1990 verificou-se num ritmo médio anual de 16,4%, enquanto o das exportações foi de 5,5%. Em segundo lugar, em 15 setores o crescimento das importações foi mais rápido do que a média mundial, enquanto nas exportações isso se verificou em apenas 12 setores. Finalmente, enquanto em 11 setores as exportações se tornaram significativas na década de 1990, com as importações isso se verificou em 24 setores.

Tabela 17

Distribuição dos setores com importação significativa segundo ritmo de crescimento das importações

Seleção	Número	Volume de importação em 1989 (%)	Volume de importação em 1997 (%)
Volume em 1989 > 200 mi e cresce 7% ou mais	15	50,1	65,5
Volume em 1989 >200 mi e cresce 2% a 7%	4	29,3	13,8
Volume em 1989 >200 mi e cresce menos que 2%	1	2,2	0,7
Volume em 1989 e 1997 >200 mi e decresce	1	1,8	0,4
Volume em 1989 >200 mi e em 1997 < 200 mi e decresce	1	1,8	0,3
Volume em 1989 < 200 mi e em 1997 > 200 mi	24	9,5	14,1
TOTAL DOS SETORES COM IMPORTAÇÃO SIGNIFICATIVA	46	94,7	94,8
TOTAL DOS SETORES	97	100	100

O primeiro grupo de setores apresenta aqueles capítulos em que o volume da importação é elevado e a taxa de crescimento também é elevada. Esses produtos podem caracterizar a perda de espaço da oferta doméstica frente às importações, destacada pelo balanço crítico. De acordo com este diagnóstico, a perda de espaço da produção nacional pode ser percebida através da parcela crescente da oferta de máquinas e equipamentos, bens eletrônicos e de informática, produtos químicos, entre outros, que vem sendo substituída por importações. Esses produtos estão apresentados na tabela 18.

Tabela 18

Setores com importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações maior do que 7% entre 1989 e 1997

Produtos	Importações em 1989	Importações em 1997	Crescimento
Automóveis	357,0	5.410,0	40,5
Plásticos	337,0	1.820,0	23,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.670,0	8.510,0	22,6
Reatores nucleares, caldeiras e máquinas	2.510,0	11.300,0	20,7
Algodão	234,0	925,0	18,7
Cereais	351,0	1.320,0	18,0
Papel e cartão	247,0	905,0	17,6
Adubos e fertilizantes	282,0	1.020,0	17,5
Produtos diversos das indústrias químicas	219,0	741,0	16,4
Aparelhos de óptica e fotografia	625,0	2.080,0	16,2
Aeronaves e aparelhos espaciais	296,0	959,0	15,8
Borracha	292,0	914,0	15,3
Produtos químicos orgânicos	1.280,0	3.490,0	13,4
Tintas e vernizes	221,0	502,0	10,8
Cobre	228,0	436,0	8,4
TOTAL	9.149,0	40.332,0	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

Como se pode perceber, a maior parte dos capítulos que representam este "bloco" são bens finais de consumo e de capital, embora este grupo também contenha bens intermediários, partes e componentes, o que pode caracterizar outro efeito destacado pelo Balanço Crítico, ou seja, a perda de espaço da oferta doméstica não só de bens finais mas também de bens intermediários. Esse fenômeno é caracterizado pelo aumento das importações desses bens.

Esses produtos, como um todo, representavam em 1989 50,1% da pauta de importação brasileira e passa, em 1997, a representar 65,5% da pauta.

A tabela 19 mostra a origem do fluxo por região dos capítulos que representam este primeiro grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é importado de cada região.

Tabela 19

Participação das importações (%) por região dos setores com importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações maior do que 7% entre 1989 e 1997

Produto	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Adubos ou fertilizantes	0,0	3,1	45,6	34,2	6,5	2,4	0,0	0,0	3,0	0,5	0,0	0,0	3,3	8,8	8,4	19,3	0,7	16,1	32,5	15,5
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	0,0	0,0	64,5	73,6	1,5	0,6	0,0	0,0	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,2	0,0	0,0	33,6	24,0
Algodão	0,1	19,4	1,3	11,5	3,3	1,0	0,0	0,0	93,4	43,4	0,3	0,4	0,0	1,0	1,6	20,0	0,0	0,8	0,1	2,6
Borracha e suas obras	0,8	0,1	31,4	25,3	5,6	0,6	3,1	6,1	10,9	12,1	20,1	11,3	0,0	0,0	6,3	17,5	0,5	1,0	21,2	25,9
Cereais	0,0	0,0	15,3	11,4	0,1	0,0	0,0	0,0	84,5	87,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,1	0,0	0,3
Cobre e suas obras	3,1	0,0	13,1	5,8	71,6	77,1	4,1	2,6	0,2	3,6	0,4	1,7	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	0,2	7,4	8,6
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; p	0,4	0,0	21,7	36,4	0,5	1,4	1,9	1,8	16,2	10,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,3	3,7	13,4	4,9	45,5	40,9
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematogr	0,0	0,0	46,0	41,4	0,6	0,6	11,4	13,8	1,4	0,5	1,4	3,6	1,6	1,1	0,5	4,2	4,3	2,5	32,8	32,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; a	0,0	0,1	33,1	36,1	4,0	0,4	28,4	13,4	0,8	2,4	5,8	13,5	0,0	0,4	0,4	10,2	3,0	1,2	24,5	22,3
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de	6,0	0,6	32,7	48,2	12,5	2,4	0,9	1,5	6,9	11,0	1,0	0,7	0,1	0,1	0,0	0,8	2,2	1,3	37,8	33,3
Plásticos e suas obras	0,1	0,1	42,2	42,7	2,0	3,3	5,3	3,2	13,2	10,4	0,3	5,8	0,0	0,5	0,0	2,8	1,5	1,1	35,4	30,2
Produtos diversos das indústrias químicas	0,0	2,5	51,5	41,4	0,3	6,2	5,2	2,8	8,9	7,7	0,1	0,3	0,1	0,1	0,4	1,9	1,8	2,5	31,8	34,6
Produtos químicos orgânicos	0,1	0,4	27,9	33,9	5,0	6,5	3,8	6,6	5,9	3,1	0,3	1,0	1,0	1,5	0,1	5,0	14,9	6,4	41,0	35,5
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instru	0,0	0,2	39,0	32,4	0,4	0,3	10,0	7,5	4,3	4,7	1,2	3,9	0,1	0,2	0,2	2,2	5,4	2,5	39,4	46,0
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos ter	0,0	0,2	19,1	12,9	0,1	0,1	21,4	8,6	14,3	43,0	0,3	6,2	0,0	0,0	0,0	1,0	0,2	0,5	44,6	27,3
Total Global	0,3	0,7	34,2	31,6	4,3	2,0	10,7	7,8	10,2	13,1	2,2	5,6	0,4	0,6	0,7	5,2	4,9	2,3	32,1	31,0

Fonte: Secex

Esses capítulos, como um todo, apresentam como principal origem das importações a Alcan, caindo de 34,2% para 32,0% e a União Européia, de 32,0% para 31,0%, enquanto a participação da Ásia aumenta de 14,0% para 19,0% e a do Mercosul de 10,0% para 13,0%. As mudanças em termos de composição da origem das importações brasileiras foram, portanto, relativamente pequenas no conjunto dos 15 setores deste grupo, mas elas foram bastante importantes em cada um desses setores separadamente. Assim, por exemplo, em adubos e fertilizantes, a participação da Alcan como origem da importação diminuiu de 45,6% para 34,2% e a da União Européia de 32,5% para 15,5%, enquanto aumentou a participação da Ásia de 11,7% para 28,1%, e a do restante da Europa de 0,7% para 16,1%. No caso das aeronaves a União Européia perde participação de 33,6% para 24,0%, tendo aumentado a da Alcan de 64,5% para 73,6%. Das importações de algodão de 1989, 93,4% provinham do Mercosul e em 1997 a origem dessas importações ficou mais diversificada, diminuindo o peso do Mercosul para 43,4%, tendo aumentado o

da Ásia de 1,9% para 21,4% e da África de 0,1% para 19,4% e a da Alcan de 1,3% para 11,5%.

As importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, de modo análogo ao das aeronaves, tem origem principalmente na Alcan, União Européia e Ásia. Na década de 1990, a participação da Alcan como fonte de importação desses produtos aumentou de 33,1% para 36,1%, a da União Européia diminuiu de 24,5% para 22,3% e a do Japão de 28,4% para 13,4%, tendo aumentado a do restante da Ásia de 6,2% para 24,1%. Analisando esta classe de produtos de maneira mais desagregada, ou seja, a quatro dígitos, nota-se que o crescimento anual das importações entre 1989 e 1997 foi muito elevado, provocando déficit comercial. Alguns exemplos desses tipos de produtos seriam refrigeradores e congeladores (freezers), que apresentam uma taxa de crescimento das importações de 60,7% no período, passando de um superávit comercial de 44 milhões em 1989 para um déficit de 31 milhões em 1997. As importações vêm principalmente da Alcan, União Européia e Ásia. Este exemplo é particularmente interessante porque no mesmo período as exportações de refrigeradores e congeladores também cresceram substancialmente no ritmo de 11,6% ao ano, porém o destino das exportações foi fundamentalmente para a América Latina, enquanto a origem das importações foram os países desenvolvidos da Alcan, União Européia e Ásia. Portanto, o apoio do que ocorreu neste setor ao diagnóstico crítico da reestruturação da economia brasileira na década de 1990 não foi tanto o fato do crescimento das importações ter transformado um superávit comercial em déficit - porque afinal o déficit provocado pelo fortíssimo crescimento das importações foi relativamente pequeno, já que as exportações desse tipo de produto também cresceram fortemente -, mas sim a origem das importações nos países desenvolvidos e o destino das exportações para a América Latina, indicando fortes diferenças de conteúdo tecnológico dos produtos importados e exportados.

Outro exemplo no mesmo capítulo de máquinas, aparelhos e materiais elétricos seria empilhadeiras e outros veículos para movimentação, que tiveram um crescimento das importações de 69,9%, passando de um superávit comercial de 4,5 milhões em 1989 para um déficit de 93,4 milhões em 1997. A principal origem dessas importações foi também a Alcan, União Européia e

Ásia. Neste caso, o forte crescimento das importações foi acompanhado de brutal redução das exportações, que passaram de US\$Fob 5,8 milhões, em 1989, para apenas US\$Fob 557 mil, em 1997, sendo que praticamente 90% das exportações deste último ano tiveram por destino a América Latina. Este último exemplo apoia o diagnóstico crítico não somente pelo forte aumento das importações, mas também pela queda e destino das exportações.

O segundo grupo de capítulos também é importante para comprovar o Balanço Crítico, pois apresentam as importações com volume significativo e algum crescimento, mesmo que não tão elevado. Estes capítulos estão apresentados na tabela 20.

Tabela 20

Setores com importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações entre 2% e 7% de 1989 a 1997

Produtos	Importações em 1989	Importações em 1997	Crescimento
Ferro fundido, ferro e aço	268,0	439,0	6,4
Leite e laticínios	288,0	467,0	6,2
Combustíveis minerais	4.430,0	7.040,0	6,0
Produtos químicos inorgânicos	374,0	553,0	5,0
TOTAL	5.360,0	8.499,0	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

Observando os tipos de produtos dos capítulos que representam este "bloco", percebemos que tratam-se sobretudo de insumos para processamento industrial. Assim, pode-se dizer que eles ajudam a comprovar que a hipótese dos críticos de redução do efeito do crescimento das vendas de produtos finais sobre o crescimento do valor agregado total, que pode ser observada na parte crescente da produção de bens intermediários mais sofisticados sendo substituída por importados, estende-se também para a importação de insumos básicos sem tanto conteúdo tecnológico e grau de sofisticação, embora esses últimos produtos tenham muito menor valor agregado.

Esses setores, como um todo, representavam 29,3% da pauta de importação brasileira em 1989 e passam a representar somente 13,8% em 1997. Diferentemente do caso anterior, que inclui todo tipo de produto de variado grau de conteúdo tecnológico e sofisticação, esses capítulos

apresentaram uma queda na participação das importações do total, por ter crescido menos do que a média das importações brasileiras.

A tabela 21 mostra a origem do fluxo por região dos capítulos que representam este segundo grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é importado de cada região.

Tabela 21

Participação das importações (%) por região dos setores com importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações entre 2% e 7% de 1989 a 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua des	9,5	21,4	8,5	11,4	4,5	14,1	0,9	0,6	0,8	17,9	0,0	0,1	68,1	23,4	2,8	3,4	2,0	2,4	2,8	5,2
Ferro fundido, ferro e aço	2,4	3,7	16,9	15,1	3,3	1,3	5,4	8,4	22,4	12,1	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	7,2	0,5	2,9	49,0	47,9
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos com	0,0	0,0	5,7	2,8	0,6	1,9	0,0	0,0	40,6	65,7	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	15,1	22,3	0,9	30,8	13,4
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou org	10,0	11,4	28,0	35,8	19,8	5,8	0,6	1,3	9,3	7,6	0,3	0,5	0,4	0,0	6,9	6,3	0,5	3,5	24,2	27,8
Total Global	8,7	18,6	10,2	12,7	5,3	12,3	1,0	1,0	4,6	19,6	0,0	0,2	56,3	19,4	2,8	4,5	2,9	2,4	8,1	9,3

Fonte: Secex

Neste grupo sobressai a importação de combustíveis e óleos minerais, que em 1989 apresentava 68,1% dessas importações, provindo do Oriente Médio. Esta proporção em 1997 diminuiu para 23,4%, tendo aumentado o peso da origem dessas importações da África de 9,5% para 21,4% e do conjunto da América Latina de 5,3% para 32,0%. No caso de ferro e aço, a América como origem das importações cai de 25,7% para 13,4%, tendo aumentado a importância da Ásia de 5,4% para 16,9%. Em leites e laticínios, o peso do Mercosul aumenta de 40,6% para 65,7%, diminuindo, em compensação, a participação da Europa, de 53,1% para 14,3%. Finalmente, em produtos químicos inorgânicos, o peso da América Latina como origem de importação diminuiu de 29,1% para 13,4%, tendo aumentado o peso da Alcan de 28,0% para 35,8% e o do conjunto da Europa de 24,7% para 31,3%.

Outro caso interessante seria analisar aqueles capítulos que eram importados em volume não significativo, em 1989, e passaram a ter importações significativas em 1997. Esses capítulos, portanto, apresentam um crescimento muito elevado, tornando-se importantes na pauta de importação brasileira. A tabela 22 apresenta os capítulos em que este fenômeno ocorreu.

Tabela 22

Setores com importação não significativa em 1989 e importação significativa em 1997

Produtos	Importação em 1989	Importação em 1997	Crescimento
Produtos farmacêuticos	99,6	1.030,0	33,9
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	152,0	817,0	23,4
Alumínio	64,0	475,0	28,5
Sementes e frutos oleaginosos	53,1	426,0	29,7
Filamentos sintéticos ou artificiais	52,3	417,0	29,6
Livros e jornais	85,0	415,0	21,9
Peixes e crustáceos	157,0	400,0	12,4
Bebidas	42,3	382,0	31,7
Produtos hortícolas e plantas	121,0	368,0	14,9
Produtos da indústria de moagem	113,0	357,0	15,5
Frutas	152,0	337,0	10,5
Gorduras e óleos animais ou vegetais	119,0	329,0	13,5
Ferramentas e artefatos de cutelaria	57,3	287,0	22,3
Produtos para fotografia e cinematografia	114,0	286,0	12,2
Brinquedos e jogos	15,6	279,0	43,5
Obras diversas ed metais comuns	10,7	256,0	48,7
Vidro	59,3	252,0	19,8
Vestuário	20,4	238,0	35,9
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	7,0	235,0	55,1
Preparações de produtos hortícolas e de frutas	10,9	220,0	45,6
Sal	156,0	216,0	4,1
Fibras sintéticas ou artificiais	22,1	212,0	32,7
Óleos essenciais e resinóides	41,2	211,0	22,7
Calçados	13,6	207,0	40,6
TOTAL	1.738,7	8.652,0	

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

Esses capítulos são importantes para mostrar que muitos produtos estão passando a ser cada vez mais importados, o que pode estar afetando a produção nacional, como afirmam os defensores do balanço crítico.

O caso dos produtos farmacêuticos é interessante, pois apresentou uma taxa de crescimento bastante elevada entre 1989 e 1997. Este capítulo passou a representar 11,9% do total das importações deste grupo em 1997, levando em consideração que este grupo é constituído por 24 classes dos mais diversos tipos de produtos.

Outros produtos que valem a pena serem mencionados pelo volume de importação atingido em 1997 são: obras de ferro e aço, alumínio, sementes e

frutos oleaginosos, filamentos sintéticos ou artificiais, livros e jornais, peixes e crustáceos, bebidas, entre outros.

A tabela 23 mostra a origem do fluxo de importação por região dos capítulos que representam este grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é importado de cada região.

Tabela 23

Participação das importações (%) por região dos setores com importação não significativa em 1989 e importação significativa em 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Alumínio e suas obras	0,0	0,1	43,7	59,8	2,5	2,0	6,2	3,7	9,3	5,1	0,6	0,8	0,0	0,1	0,0	1,1	3,9	1,6	33,9	25,6
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0,0	19,9	8,2	15,8	6,4	5,6	0,0	0,0	5,2	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	15,4	0,6	2,3	79,5	35,9
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esport	0,0	0,0	22,0	17,6	16,6	0,2	10,4	11,1	14,2	4,5	22,5	16,5	0,0	0,0	1,1	31,8	3,3	6,0	9,8	12,3
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	0,0	0,0	13,5	1,6	34,6	0,3	2,2	0,4	20,6	30,2	14,4	8,4	0,0	0,1	0,0	56,2	0,0	0,1	14,8	2,8
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas part	0,0	0,7	31,4	23,3	0,7	0,8	18,6	3,4	6,4	1,5	0,4	7,0	0,0	2,3	0,1	7,5	3,0	1,3	39,4	52,1
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	0,0	0,1	35,0	33,9	21,0	12,8	1,6	0,9	22,1	11,5	5,1	13,5	0,0	0,0	0,1	13,1	1,3	0,9	13,8	13,4
Filamentos sintéticos ou artificiais	0,0	2,6	31,7	18,4	13,4	4,7	1,9	2,0	41,7	21,4	1,0	25,2	0,1	1,2	0,7	10,4	3,8	1,3	5,8	12,8
Frutas; cascas de cítricos e de melões	0,5	0,3	2,5	10,8	25,7	27,1	0,0	0,0	67,8	47,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,9	4,0	0,7	3,2	1,8	7,4
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua disso	0,0	0,3	22,9	4,5	0,2	1,5	0,0	0,1	49,3	51,7	0,0	2,3	0,0	0,0	0,6	14,0	0,3	0,2	26,6	25,4
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias	0,0	0,0	34,2	25,0	7,6	20,3	3,9	1,0	11,5	10,1	0,4	2,1	0,0	0,0	0,2	0,7	1,3	0,3	40,9	40,5
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e	0,0	0,7	15,9	33,1	7,1	1,3	5,6	0,3	36,6	14,5	3,2	4,6	0,0	0,4	0,1	6,2	0,4	0,9	31,1	38,1
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0,0	0,2	29,3	33,5	0,1	1,7	17,1	12,4	4,3	6,9	1,5	4,3	0,0	0,1	0,1	4,7	5,7	2,2	41,9	34,0
Obras diversas de metais comuns	0,0	0,0	35,3	30,0	0,5	0,2	9,6	1,0	6,6	5,4	1,9	5,3	0,1	0,5	1,7	3,9	1,0	0,5	43,3	53,1
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de	0,0	0,1	12,6	28,9	3,2	1,6	0,1	0,1	46,6	11,2	0,1	0,3	0,0	0,7	1,3	4,9	5,3	4,6	30,7	47,6
Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invertebrados aqu	6,3	0,1	1,0	0,5	1,2	8,6	0,0	0,1	38,6	42,2	0,0	0,4	0,0	0,0	2,3	1,5	47,8	42,9	2,7	3,6
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras	0,0	0,7	4,8	17,7	13,7	21,8	0,1	0,1	78,5	35,6	0,1	0,3	0,0	0,6	0,0	2,8	0,0	0,1	2,9	20,4
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; i	0,0	0,0	0,1	13,0	7,9	0,8	0,0	0,0	21,8	59,3	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2	2,3	10,9	2,2	55,1	22,4
Produtos farmacêuticos	0,0	0,0	14,3	22,7	31,0	4,4	1,1	0,8	2,1	11,5	0,3	0,5	0,0	0,3	1,0	1,2	13,7	12,9	36,6	45,8
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestív	0,8	0,5	7,3	6,7	18,7	6,1	0,0	0,0	65,0	70,5	0,0	0,1	0,0	0,1	3,7	8,0	0,7	0,4	3,8	7,6
Produtos para fotografia e cinematografia	0,0	0,0	51,7	47,0	0,1	0,0	17,3	19,3	17,5	8,2	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,4	0,9	0,3	12,4	24,2
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	2,5	12,4	60,5	37,6	4,4	9,1	0,0	0,1	8,0	9,2	0,0	0,0	0,3	10,3	0,1	3,2	22,7	5,7	1,5	12,2
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos div	1,2	0,1	61,8	51,8	5,7	1,5	4,0	0,9	12,7	42,9	0,4	0,1	0,1	0,5	1,0	0,4	3,3	0,2	9,9	1,5
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0,0	0,3	4,2	7,2	8,5	3,9	0,1	0,1	82,6	25,5	2,8	7,6	0,0	0,1	0,0	48,7	0,0	0,1	1,7	6,4
Vidro e suas obras	0,0	0,1	30,8	25,9	0,9	8,8	1,8	6,0	30,1	10,4	1,4	7,4	0,0	1,0	0,4	3,6	1,4	2,5	33,2	34,4
Total Global	0,9	1,5	24,4	24,5	8,6	5,7	4,2	3,0	28,3	21,8	0,7	4,0	0,0	0,6	1,1	8,0	9,3	4,9	22,4	26,0

Fonte: Secex

No caso dos produtos farmacêuticos, as importações passaram a vir principalmente dos blocos de países mais avançados, ou seja, a Alcan e a União Européia, tendo aumentado o peso da Alcan de 14,3% em 1989 para 22,7% em 1997, enquanto o da União Européia de 36,6% para 45,8%. Analisando esta classe de forma mais desagregada, ou seja a quatro dígitos,

percebe-se que alguns produtos comprovam a hipótese dos críticos de perda de espaço da oferta doméstica. Essa classe de produtos já apresentava um déficit comercial de 62 milhões em 1989 e esse déficit aumentou para 876 milhões em 1997. Um produto que faz parte deste capítulo é sangue humano e sangue animal preparado, que apresentam um crescimento das importações de 17,2% ao ano entre 1989 e 1997. As importações vêm, em 1997, principalmente da União Européia. Outro exemplo seria os medicamentos, que apresentaram um crescimento das importações de 53,6% ao ano de 1989 a 1997. O déficit da balança comercial passou de 11 milhões em 1989 para 599 milhões em 1997. Neste caso, a principal origem foi a União Européia, junto com a Alcan.

No caso de obras de ferro e aço e alumínio e suas obras, o grosso das importações são da Alcan e da União Européia, mas há uma queda de importância relativa da União Européia e um aumento do peso relativo da Alcan. Já em bebidas 79,5% vinham da União Européia em 1989, diminuindo a participação desta região para 35,9% em 1997, tendo aumentado a importância relativa da África, da Alcan e da Ásia. Em sementes e frutos oleaginosos, o peso da Alcan diminuiu de 61,8% para 51,8%, o da União Européia de 9,9% para 1,5% e o da Ásia de 5,5% para 1,9%, tendo aumentado o do Mercosul de 12,7% para 42,9%.

Tabela 24

Setores com importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações inferior a 2% entre 1989 e 1997

Produtos	Importação em 1989	Importação em 1997	Crescimento
Minérios, escórias e cinzas	403,0	408,0	0,2

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

A tabela 24 mostra o único setor com importação significativa nos dois anos considerados mas com crescimento praticamente nulo. Esse capítulo representava 2,2% da pauta de importação brasileira em 1989 e passa a representar 0,7% em 1997.

A tabela 25 mostra a origem do fluxo por região do capítulo que representa este grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é importado de cada região.

Tabela 25

Participação das importações (%) por região dos setores com importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações inferior a 2% entre 1989 e 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		Oriente Médio		Restante da Ásia		Restante da Europa		União Européia	
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997
Minérios, escórias e cinzas	3,2	0,8	32,9	6,8	58,6	81,7	0,0	0,0	2,4	0,2	1,5		0,8	5,4	0,0	0,0	0,6	5,1

Fonte: Secex

Percebe-se que a maior parte das importações vêm da América Latina e Caribe, que aumenta sua participação de 58,6% em 1989 para 81,7% em 1997.

Tabela 26

Setores com volume significativo em 1989 e em 1997 e crescimento anual das importações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	Importação em 1989	Importação em 1997	Crescimento
Carnes	332,0	238,0	-4,1

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

A tabela 26 mostra também o único setor com volume significativo nos dois anos considerados e redução das importações. O capítulo que representa este grupo tinha uma participação de 1,8% no total da pauta de importação de 1989 e passa a ter 0,4% em 1997.

A tabela 27 mostra a origem do fluxo por região do capítulo que representa este grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é importado de cada região.

Tabela 27

Participação das importações (%) por região dos setores com importação significativa em 1989 e em 1997 e crescimento anual das importações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	ALCAN		MERCOSUL			Restante da Ásia		Restante da Europa		União
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997		
Carnes e miudezas, comestíveis	2,7	11,3	52,5	86,9	5,2	0,1	6,1	0,0	33,6	1,6

Fonte: Secex

A principal origem das importações de carnes no ano de 1997 foi o Mercosul, tendo aumentado sua participação de 52,%% para 86,9%.

Nesses dois últimos grupos de produtos com baixo desempenho das importações na década de 1990, há uma substituição de importações dos países mais desenvolvidos pela América Latina. No caso de minérios, escóreas e cinzas, diminui as importações da Alcan e no caso de carnes e miudezas diminui as importações da União Européia.

Tabela 28

Setores com importação significativa em 1989 e não significativa em 1997 e crescimento anual das importações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	Importação em 1989	Importação em 1997	Crescimento
Peles e couros	326,0	170,0	-7,8

Fonte: Secex

Valor em milhões e taxa de crescimento anual em %

A tabela 28 mostra o único setor com importação significativa em 1989 e não significativa em 1997. O capítulo que representa este grupo participava no total das importações brasileiras em 1989 com 1,8% e em 1997 com 0,3%.

A tabela 29 mostra a origem do fluxo por região do capítulo que representa este grupo. Os valores apresentados estão em porcentagem, representando quanto do produto é importado de cada região.

Tabela 29

Participação das importações (%) por região dos setores com importação significativa em 1989 e não significativa em 1997 e crescimento anual das importações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	África		ALCAN		América Latina e Caribe		Japão		MERCOSUL		NIC's		Oriente Médio		Restante da Ásia				
	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997	1989	1997			
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	0,2	2,8	20,6	7,2	1,4	0,8	0,3	0,1	58,7	62,3	4,3	1,8	0,1	6,5	15,5	0,1	0,4	7,9	9,1

Fonte: Secex

Como pode-se perceber, a maior parte das importações de peles e couros também vêm do Mercosul, que aumenta sua participação de 58,7 para 62,3%, tendo diminuído a participação da Alcan de 20,6% para 7,2%. Neste caso, entretanto, também aumenta a participação das importações da Ásia.

Tabela 30

Total das importações provenientes de cada região e a participação para os anos de 1989 e 1997

Regiões	Importação em 1989	Participação em 1989	Importação em 1997	Participação em 1997
União Européia	4.155.202.171	22,8	16.359.248.571	26,6
ALCAN	4.520.695.029	24,8	16.801.596.638	27,3
MERCOSUL	2.193.874.508	12,0	9.745.707.479	15,8
América Latina e Caribe	1.211.075.127	6,6	2.880.899.877	4,7
NIC's	268.276.781	1,5	2.911.745.755	4,7
Restante da Europa	841.074.336	4,6	1.680.650.475	2,7
Restante da Ásia	282.175.757	1,5	3.506.525.257	5,7
África	527.223.323	2,9	2.068.760.689	3,4
Japão	1.204.015.401	6,6	3.605.569.525	5,9
Oriente Médio	3.059.820.305	16,8	1.967.255.652	3,2
	18.263.432.738	100,0	61.527.959.918	100,0

Fonte: Secex

Num apanhado geral da evolução das importações, nota-se o declínio na participação do Oriente Médio de 16,8% para 3,2%, refletindo o fato do aumento das importações ter ocorrido principalmente com produtos manufaturados, diminuindo o peso do petróleo na pauta de importações, além do fato de que se diversificou a origem das importações deste último tipo de

produto. O crescimento nas importações de produtos manufaturados foi muito forte, principalmente nos países desenvolvidos. Assim, a União Européia e a Alcan exportaram produtos para o Brasil em 1997 por um valor quase tão grande quanto o do total das importações do Brasil em 1989, com um crescimento médio anual de 18,7% na União Européia e 17,8% na Alcan. Também cresceu muito as importações com origem no Mercosul com 20,5% de crescimento ao ano. O crescimento das importações com origem no Mercosul é resultado do esforço brasileiro no sentido de consolidar esta área de livre comércio e foi acompanhado também por um forte crescimento das exportações destinadas à esta região, enquanto o crescimento das importações, com origem nos países desenvolvidos, apoiam o diagnóstico que destaca que elas sejam expressão das conseqüências da liberalização do comércio brasileiro, sob condições de uma moeda nacional sobrevalorizada e na ausência do apoio aos produtores nacionais de uma política industrial capaz de impedir os efeitos desestruturadores dessas importações sobre o aparelho industrial instalado no país.

3.3. Saldo de Comércio na Década de 1990: um breve comentário

No período que vai de 1989 a 1997, as exportações aumentaram de 34,3 bilhões de dólares para 52,9 bilhões, mas as importações aumentaram ainda mais, passando de 18,2 bilhões para 61,5 bilhões. Assim, na década de 1990 o Brasil passa de um superávit de 16,1 bilhões para um déficit de 8,5 bilhões.

Total das importações e das exportações por região e os saldos comerciais

Regiões	Exportação em 1989	Importação em 1989	Saldo em 1989	Exportação em 1997	Importação em 1997	Saldo em 1997
União Européia	11.038.137.367	4.155.202.171	6.882.935.196	14.511.107.667	16.359.248.571	(1.848.140.904)
ALCAN	9.583.233.123	4.520.695.029	5.062.538.094	10.687.892.816	16.801.596.638	(6.113.703.822)
MERCOSUL	1.379.717.221	2.193.874.508	(814.157.287)	9.043.639.258	9.745.707.479	(702.068.221)
América Latina e Caribe	2.343.043.045	1.211.075.127	1.131.967.918	4.970.585.006	2.880.899.877	2.089.685.129
NIC's	1.455.486.431	268.276.781	1.187.209.650	1.887.963.294	2.911.745.755	(1.023.782.461)
Restante da Europa	1.201.585.137	841.074.336	360.510.801	1.269.886.878	1.680.650.475	(410.763.597)
Restante da Ásia	2.787.574.713	282.175.757	2.505.398.956	4.559.735.328	3.506.525.257	1.053.210.071
África	964.535.435	527.223.323	437.312.112	1.506.820.577	2.068.760.689	(561.940.112)
Japão	2.435.770.570	1.204.015.401	1.231.755.169	3.068.156.546	3.605.569.525	(537.412.979)
Oriente Médio	1.193.536.668	3.059.820.305	(1.866.283.637)	1.480.057.669	1.967.255.652	(487.197.983)
	34.382.619.710	18.263.432.738	16.119.186.972	52.985.845.039	61.527.959.918	(8.542.114.879)

Fonte: Secex

O superávit de 1989 foi obtido principalmente no comércio do Brasil com a União Européia, Alcan, Ásia e América Latina e Caribe, tendo o país apresentado déficit no comércio com o Mercosul e Oriente Médio. O déficit com o Mercosul continuou e com o Oriente Médio diminuiu, e os superávits com a União Européia e Alcan se transformaram em imensos déficits.

Essas mudanças nos saldos dos fluxos de comércio exterior do Brasil apoiam o diagnóstico crítico, pois a transformação de um superávit expressivo em um déficit não desprezível foi um resultado, sobretudo, da queda das exportações de produtos manufaturados para os países desenvolvidos e do aumento da importação desses produtos, principalmente os de maior conteúdo tecnológico e grau de sofisticação, com origem também nos países desenvolvidos, denotando o empobrecimento da pauta exportadora brasileira por tipo de produto e destino das exportações e o enriquecimento da pauta importadora, também por tipo de produto e origem da importação.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS BRASILEIROS PARA O PERÍODO DE REAL DESVALORIZADO

Este capítulo faz um estudo dos fluxos de comércio exterior brasileiro, no período 1997-1999, marcado pela desvalorização do Real em janeiro de 1999. Como os dados fornecidos pela Secex disponíveis na base do GEEIN vão apenas até o ano de 1999, não pôde-se tirar conclusões categóricas sobre os efeitos da desvalorização do Real sobre o comércio exterior brasileiro, mas apenas apontar algumas mudanças que podem ter se consolidado posteriormente. Assim, a partir das evidências apontadas no período de Real valorizado com relação aos fluxos de comércio dos setores da economia brasileira, procura-se agora mostrar as mudanças que ocorreram nestes fluxos de comércio a partir da alteração do câmbio em janeiro de 1999.

A desvalorização cambial seria importante na medida em que possibilitaria o aumento das exportações e a redução das importações, e conseqüentemente geraria superávit comercial. Porém, a partir dos dados analisados nota-se que este aumento das exportações não está ocorrendo ou está demorando para acontecer, enquanto a diminuição das importações parece ter expressado mais uma contenção da atividade econômica do que um processo de substituição de importações.

Analisando as exportações para os grupos de setores selecionados no capítulo anterior, pode-se apontar algumas evidências. O primeiro grupo representava aqueles capítulos que tinham um volume de exportação elevado, ou seja, superior a US\$Fob 200 milhões, e taxa de crescimento anual acima da média mundial. A exportação desses produtos já vinham crescendo e a desvalorização possibilitaria um aumento ainda maior das vendas desses produtos no exterior. A tabela 1 mostra como mudou o crescimento das exportações do primeiro grupo de setores entre 1997 e 1999.

Tabela 1

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações maior do que 7% entre 1989 e 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Carnes e miudezas, comestíveis	21,6	2,1
Café, chá, mate e especiarias	15,0	-2,3
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos div	14,6	-5,2
Açúcares e produtos de confeitaria	14,4	1,0
Preparações alimentícias diversas	13,6	-1,7
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados	12,6	-6,6
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou org	9,9	0,0
Borracha e suas obras	9,0	-0,7
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	8,1	-2,6
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	7,7	1,7
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	7,1	-3,5
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos Ter	7,1	-3,2

Fonte: Secex

Diferentemente do que se poderia prever, as exportações dos produtos aqui considerados estão apresentando uma queda no crescimento depois da desvalorização do Real. Assim, aqueles setores em que cresceram muito as exportações entre 1989/1997, deixaram de crescer ou até diminuíram entre 1997/1999.

O capítulo referente a carnes e miudezas apresentava o maior crescimento das exportações do grupo entre 1989/1997. Apesar de continuar tendo o maior crescimento das exportações em 1997/1999, este apresentou uma queda de ritmo, passando de 21,6% ao ano para 2,1% ao ano. Já os casos de café, sementes e frutos oleaginosos, passaram de um crescimento das exportações em 1989/1997 num ritmo de respectivamente 15,0% ao ano e 14,6% ao ano para uma diminuição no ritmo de -2,3% e -5,2% ao ano.

O mesmo acontece com os outros setores deste grupo comprovando que a desvalorização do Real por si só não foi suficiente para gerar imediatamente o esperado superávit comercial necessário para reduzir o déficit de conta corrente do balanço de pagamento. De acordo com Castro, a desvalorização cambial teve enorme êxito e passada a fase de decantação da turbulência inicial e reestabelecidas as conexões financeiras e comerciais no exterior, as exportações passariam a apresentar finalmente o esperado crescimento.

As tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7 mostram os outros grupos de setores selecionados no capítulo anterior, apresentando o crescimento entre 1997 e 1999.

Tabela 2

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 5,5% e 7% de 1989 a 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de	6,6	-0,9
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instru	6,5	-1,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; a	5,9	0,2

Fonte: Secex

Este segundo grupo de setores é aquele em que se aproximava da hipótese de modernização dos otimistas, por apresentar crescimento das exportações elevado e por serem, no caso de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e reatores nucleares, caldeiras e máquinas, produtos mais sofisticados. Na hipótese dos otimistas, a tendência era aumentar a exportação desses produtos, mas, como comprovam os dados, eles apresentaram queda em 1997/1999. Papel e cartão passaram de um crescimento anual das exportações de 6,6% em 1989/1997 para uma queda de -0,9% ao ano em 1997/1999.

Tabela 3

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação não significativa em 1989 e com exportação significativa em 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Frutas; cascas de cítricos e de melões	20,4	0,9
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; p	27,4	-1,8
Produtos para fotografia e cinematografia	9,6	-0,3
Produtos diversos das indústrias químicas	6,3	-2,2
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefato	21,9	-0,8
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matéria	6,1	-0,2
Produtos cerâmicos	4,7	-0,3
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipre	3,5	-3,2
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas part	8,5	-3,1
Intrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematogr	18,5	6,1
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e	9,4	0,5

Fonte: Secex

Os setores da tabela 3 apresentaram um crescimento bastante elevado no período de Real valorizado, passando a ser significativos na pauta de exportação brasileira. Assim como nos casos anteriores, praticamente todos os setores apontados passaram a apresentar queda nas exportações em 1997/1999. Os únicos setores que permanecem crescendo, porém a uma taxa bastante inferior, são: frutas, instrumentos e aparelhos de óptica e móveis e mobiliário médico-cirúrgico.

Tabela 4

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações entre 2% e 5,5% de 1989 a 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua disso	5,1	0,6
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de molusc	4,8	4,9
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; aliment	4,6	-7,0
Minérios, escórias e cinzas	4,5	-0,5
Produtos químicos orgânicos	4,0	-1,9
Plásticos e suas obras	2,8	-2,3
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósica	2,8	2,5
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	2,7	-2,1
Alumínio e suas obras	2,5	-1,1
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	2,2	11,6

Fonte: Secex

Como pode-se perceber pela tabela 4, a maior parte dos produtos que tiveram crescimento das exportações entre o crescimento do PIB brasileiro e o da média das exportações do país em 1989/1997 também apresentaram diminuição das exportações. Porém, há duas exceções. Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos manteve o crescimento das exportações de 4,8% em 1997/1999 e aeronaves e aparelhos espaciais aceleraram o crescimento das exportações passando de 2,2% em 1989/1997 para 11,6% em 1997/1999.

Tabela 5

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e crescimento anual das exportações menor do que 2% entre 1989 e 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras	0,0	2,3

Fonte: Secex

Tabela 6

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e em 1997 e crescimento anual das exportações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua des	-1,9	3,0
Algodão	-7,7	-2,5
Ferro fundido, ferro e aço	-11,6	-2,5

Fonte: Secex

Já os dois grupos de produtos que tiveram forte queda das exportações no período de 1989 a 1997 suavizaram a diminuição das exportações em 1997/1999, sendo que no caso de combustíveis minerais as exportações chegaram a crescer neste período, enquanto nos outros casos as exportações continuaram a apresentar queda.

Tabela 7

Crescimento das exportações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e não significativa em 1997 e crescimento anual das exportações negativo entre 1989 e 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Cacau e suas preparações	-8,2	-2,0
Estanho e suas obras	-16,8	-8,7

Fonte: Secex

Assim, pode-se dizer que a desvalorização do Real não teve um efeito imediato no sentido de estimular as exportações. É preciso verificar também seus efeitos imediatos sobre as importações.

Tabela 8

Crescimento das importações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam exportação significativa em 1989 e crescimento anual das importações maior do que 7% entre 1989 e 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Cereais	40,5	-1,0
Produtos químicos orgânicos	23,4	-0,8
Alubos ou fertilizantes	22,6	-2,1
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; p	20,7	-0,2
Produtos diversos das indústrias químicas	18,7	1,1
Plásticos e suas obras	18,0	-1,4
Borracha e suas obras	17,6	-3,0
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de	17,5	-4,2
Algodão	16,4	-9,9
Cobre e suas obras	16,2	-5,7
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instru	15,8	-2,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; a	15,3	-1,7
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos Ter	13,4	-5,5
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	10,8	-0,5
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematogr	8,4	-2,7

Fonte: Secex

A tabela 8 mostra o grupo de setores que apresentaram em 1989/1997 crescimento anual das importações superior ao crescimento mundial. Nota-se que há uma queda considerável desse crescimento em 1997/1999, o que configuraria uma melhora na situação da balança comercial brasileira. Assim, os cereais, que apresentavam um crescimento das importações de 40,5% ao ano em 1989/1997, passaram a apresentar uma ligeira queda das importações em 1997/1999. O mesmo aconteceu com os produtos químicos orgânicos, adubos e fertilizantes e extratos tanantes e tintoriais, entre outros. O único caso do grupo que ainda apresenta crescimento das importações, porém lento, é o de produtos diversos das indústrias químicas, cujo ritmo de crescimento das importações diminuiu de 18,7% para 1,1%.

Tabela 9

Crescimento das importações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam importação significativa em 1989 e crescimento anual das importações entre 2% e 7% de 1989 a 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos com	6,4	-0,6
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua des	6,2	-3,2
Ferro fundido, ferro e aço	6,0	-3,3
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou org	5,0	-1,1

Fonte: Secex

A tabela 9 mostra os quatro tipos de produtos que tiveram um ritmo de crescimento das importações considerável no período de 1989/1997, embora abaixo da média mundial, e em todos eles as importações diminuíram no período 1997/1999.

Tabela 10

Crescimento das importações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam importação significativa em 1989 e baixo crescimento anual das importações entre 1989 e 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Minérios, escórias e cinzas	0,2	-3,3
Carnes e miudezas, comestíveis	-4,1	-11,1
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	-7,8	-2,3

Fonte: Secex

Já a tabela 10 contém os produtos que tiveram redução das importações no período de 1989/1997. A diminuição das importações continuou no período de 1997/1999, e até acentuou-se no caso de carnes e miudezas comestíveis.

Tabela 11

Crescimento das importações nos anos de 1997 e 1999 para aqueles setores que apresentavam importação não significativa em 1989 e com importação significativa em 1997

Produtos	Crescimento 1989/1997	Crescimento 1997/1999
Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invertebrados aqu	33,9	-5,2
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestív	23,4	-6,8
Frutas; cascas de cítricos e de melões	28,5	-5,5
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; i	29,7	-7,5
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos div	29,6	-13,4
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua disso	21,9	-3,8
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras	12,4	-4,4
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	31,7	-11,1
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	14,9	-3,8
Produtos farmacêuticos	15,5	4,9
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de	10,5	-0,5
Produtos para fotografia e cinematografia	13,5	-0,5
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias	22,3	-7,5
Filamentos sintéticos ou artificiais	12,2	-0,8
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	43,5	-5,0
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	48,7	-9,4
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	19,8	-15,3
Vidro e suas obras	35,9	-5,1
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	55,1	-5,1
Alumínio e suas obras	45,6	-0,6
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas part	4,1	-3,5
Obras diversas de metais comuns	32,7	-5,7
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e	22,7	-3,8
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para sport	40,6	-10,5

Fonte: Secex

A tabela 11 mostra os capítulos que passaram a ser importantes na pauta de importação brasileira na década de 1990. Como pode-se perceber, em 1997/1999, todos eles apresentam queda nas importações. Peixes e crustáceos, que cresceram a 33,9% em 1989/1997, passaram a ter uma queda de -5,2% ao ano em 1997/1999. No caso das frutas e nos produtos da indústria de moagem, os aumentos de 28,5% ao ano e 29,7% ao ano se transformaram, respectivamente, em diminuições no ritmo de 5,5% ao ano e 7,5% ao ano.

Percebe-se que todos os capítulos apresentam queda no crescimento das importações em 1997/1999 com poucas exceções.

A tabela 12 mostra o valor total das exportações e das importações para cada bloco econômico e os saldos comerciais nos anos de 1997 e 1999.

Tabela 12

Total das importações e das exportações por região e os saldos comerciais para os anos de 1997 e 1999

Regiões	Exportação 1997	Importação 1997	Saldo 1997	Exportação 1999	Importação 1999	Saldo 1999
União Européia	14.511.107.667	16.359.248.571	(1.848.140.904)	13.731.134.294	14.980.313.730	(1.249.179.436)
ALCAN	10.687.892.816	16.801.596.638	(6.113.703.822)	12.256.034.587	13.316.579.357	(1.060.544.770)
MERCOSUL	9.043.639.258	9.745.707.479	(702.068.221)	6.777.871.670	6.743.662.359	34.209.311
América Latina e Caribe	4.970.585.006	2.880.899.877	2.089.685.129	3.827.537.972	2.358.648.857	1.468.889.115
NIC's	1.887.963.294	2.911.745.755	(1.023.782.461)	1.616.434.952	2.054.659.913	(438.224.961)
Restante da Europa	1.269.886.878	1.680.650.475	(410.763.597)	958.001.834	1.253.768.094	(295.766.260)
Restante da Ásia	4.559.735.328	3.506.525.257	1.053.210.071	2.923.366.462	2.168.696.321	754.670.141
África	1.506.820.577	2.068.760.689	(561.940.112)	1.332.418.060	2.222.161.260	(889.743.200)
Japão	3.068.156.546	3.605.569.525	(537.412.979)	2.193.625.193	2.575.834.939	(382.209.746)
Oriente Médio	1.480.057.669	1.967.255.652	(487.197.983)	1.499.296.173	1.078.527.074	420.769.099
	52.985.845.039	61.527.959.918	(8.542.114.879)	47.115.721.197	48.752.851.904	(1.637.130.707)

Fonte: Secex

Como pode-se perceber, houve uma melhora significativa no saldo comercial brasileiro de 1997 a 1999. De um déficit de 8,5 bilhões, passou-se para outro de apenas 1,6 bilhão. Os dados analisados anteriormente mostram que esta melhora ocorre muito mais pela queda das importações do que pelo aumento das exportações. Destaca-se em particular a redução do déficit do Brasil com a Alcan de 6,1 bilhões para 1,0 bilhão, devendo-se tanto ao aumento das exportações de 10,6 bilhões para 12,2 bilhões, quanto a redução das importações de 16,0 bilhões para 13,0 bilhões. Por sua vez, o Mercosul e o Oriente Médio transformaram no mesmo período um déficit comercial em superávit, nos dois casos devido exclusivamente à diminuição das importações com origem nessas regiões.

É impossível tirar conclusões acerca dos efeitos da desvalorização do Real em janeiro de 1999 examinando apenas os dados de fluxos de comércio exterior deste mesmo ano. As repercussões da desvalorização ocorrerão paulatinamente no tempo. Em todo caso, a retração da atividade econômica em 1998 e 1999 contribuiu para acentuar os efeitos da desvalorização sobre a queda das importações que foram, em 1999, 21% menores do que em 1997.

CONCLUSÃO

A economia brasileira passou por intensas transformações na década de 1990 e o significado dessas transformações foi analisado, neste trabalho, a partir de dois balanços, um *otimista* e outro *crítico*. O objetivo principal era, a partir da bibliografia consultada e dos dados analisados, estudar a reestruturação produtiva ocorrida e, assim, verificar o que ocorreu com os fluxos de comércio exterior dos setores da economia brasileira diante das políticas adotadas neste período. Sabe-se que o comércio internacional experimentou importantes transformações ao longo destes anos. A questão da tecnologia ganhou grande importância no comércio, tornando-se, para o setor industrial, fundamental para a qualidade da inserção internacional do país, na medida em que a tecnologia moderna tem se mostrado ser o fator de produção decisivo, mantendo-se um aumento da participação dos produtos de alta tecnologia no comércio internacional. Diante deste novo contexto, nota-se que o Brasil não está caminhando na mesma direção. Pelos dados de comércio é possível observar qual o tipo de produto ou setor da economia o País está melhorando o desempenho no comércio exterior.

No período de 1989/1997, em que o Real esteve valorizado, percebeu-se que o melhor desempenho em termos de exportação ocorreu com os produtos primários, apesar de que no geral esses produtos apresentaram demanda em crescimento mais lento, forte competição de vários países produtores e tendência declinante de preço. Os países de destino das exportações desses produtos continuam sendo principalmente os países desenvolvidos da América do Norte, Europa e Ásia. No caso dos produtos mais sofisticados com importância na pauta de exportação brasileira, porém, nota-se uma tendência de alteração no destino do fluxo de exportação, onde a América Latina passou a ter maior importância, especialmente o Mercosul, em detrimento dos países mais desenvolvidos. Essa alteração no destino das exportações não é vantajosa para o Brasil, pois os países desenvolvidos são os que mais demandam esses produtos sofisticados de maior conteúdo tecnológico, enquanto os países subdesenvolvidos demandam principalmente os produtos deste tipo que tem menos sofisticação e conteúdo tecnológico mas são mais baratos.

Há alguns produtos de tecnologia sofisticada com forte crescimento das exportações destinadas a países desenvolvidos. Ou seja, embora no conjunto o crescimento das exportações ou é de produtos primários destinados a países desenvolvidos ou é produtos tecnologicamente mais sofisticados destinados a países subdesenvolvidos, especialmente a América Latina e o Mercosul em particular, existem alguns produtos sofisticados e de alto conteúdo tecnológico em que o Brasil foi capaz de aumentar fortemente as exportações para os países desenvolvidos.

Num grupo significativo e variado de produtos que representavam quase 1/3 da exportação brasileira em 1989, o crescimento das exportações foi relativamente lento, mantendo-se o tipo de país de destino em que sobressaíam a União Européia, a Alcan e a Ásia. São produtos variados, abrangendo desde alguns produtos primários como minérios e pastas de madeira, passando por *commodities* industriais como alumínio, e produtos manufaturados simples como calçados e produtos de plástico, até produtos tecnologicamente sofisticados como aeronaves montadas no país.

A exportação de produtos naturais, com alguma sofisticação técnica como as frutas, aumentou para os países desenvolvidos, mas o crescimento dessas exportações foi muito pequeno na década de 1990. Outros produtos, entretanto, tiveram queda das exportações, como o caso de aço, e alguns passaram a ter inclusive exportação inexpressiva, como cacau e estanho. O principal destino de todas essas exportações continuou sendo os países desenvolvidos

Portanto, o comportamento das exportações brasileiras na década de 1990 tanto em termos de ritmo de crescimento como em termos de país de destino parecem respaldar o diagnóstico pessimista na avaliação do caráter da reestruturação da economia brasileira na década de 1990. As exportações brasileiras para a Europa são fundamentalmente de produtos primários, enquanto as exportações de produtos manufaturados para países desenvolvidos destinam-se fundamentalmente para os Estados Unidos e o pior desempenho das exportações brasileiras, na década de 1990, foi justamente para os Estados Unidos.

No caso das importações, o crescimento do fluxo foi muito mais intenso e generalizado do que o das exportações e em um número bem maior de

setores as importações se tornaram significativas. Assim, nota-se o grande aumento das importações de bens finais de consumo e de capital e também de bens intermediários, partes e componentes, caracterizando a perda de espaço da oferta doméstica de bens finais e intermediários.

Apoiando o diagnóstico crítico, há um forte crescimento das importações de produtos manufaturados de uso final, como tintas e vernizes, produtos de borracha e plástico, adubos e fertilizantes, até automóveis, aeronaves, máquinas e aparelhos mecânicos de óptica e fotografia. Também cresceram muito as importações de produtos primários como algodão, cereais e cobre.

O crescimento das importações foi forte não somente em produtos de alto conteúdo tecnológico e grau de sofisticação de uso intermediário e final, de consumo e capital, mas também afetou produtos primários que são insumos básicos processados pela indústria manufatureira.

Esse período, portanto, foi caracterizado por um elevado aumento das importações, superior ao aumento das exportações, provocando um expressivo déficit comercial.

A desvalorização cambial em janeiro de 1999, modificou significativamente o quadro geral do comércio exterior brasileiro, devendo estimular as exportações e desestimular as importações, porém constata-se que em apenas um ano, a desvalorização não foi suficiente para aumentar significativamente o volume de exportações. Pelo contrário, nota-se que a maioria dos setores apresentam queda no ritmo de crescimento das exportações e foram poucas as exceções. As importações, sim, reduziram-se substancialmente, mas continuaram com um volume relativamente elevado e este resultado parece estar mais associado com a contenção da atividade econômica do que com um início de um processo de substituição de importações motivado pela desvalorização do Real.

Dessa maneira, conclui-se que a melhora do saldo comercial observado em 1999, depois da desvalorização do câmbio, ocorre muito mais pela queda nas importações do que pelo aumento das exportações. Nota-se, especialmente, que foi somente no Mercosul e no Oriente Médio, com quem o Brasil teve um déficit comercial no período 1989/1997, passou a ter superávit já em 1999.

A desvalorização cambial corrigiu uma grave distorção que estava prejudicando fortemente os fluxos de comércio exterior da economia brasileira. O preço do dólar tem apresentado, entretanto, intensas flutuações desde janeiro de 1999. Essas flutuações dificultam o cálculo da tendência que vai imperar na taxa de câmbio, prejudicando a realização dos investimentos necessários para que ocorra tanto um aumento mais substancial das exportações de produtos manufaturados brasileiros como um processo mais expressivo de substituição de importações. Uma avaliação mais adequada das alterações do comércio exterior a partir da desvalorização cambial de 1999, requer um exame detalhado dos investimentos que ocorrerão ao longo do tempo e não pode ficar apenas no exame dos fluxos de comércio em 1999. Os dados de comércio de 1999, entretanto, apontam no sentido de queda, tanto das exportações quanto das importações, indicando que não vai ser tão fácil reverter as tendências de comércio externo consolidadas na década de 1990, a partir, pura e simplesmente, de uma desvalorização cambial. O ponto crítico nesta reversão das tendências de comércio exterior brasileiro da década de 1990 com aumento mais expressivo das exportações e redução das importações, será o aumento dos investimentos, de modo a permitir melhorar o conteúdo tecnológico dos produtos exportados e a dar substância a um processo mais fundamentado de substituição de importações. Para isso, no entanto, muitas definições e medidas estão ainda para ser tomadas.

BIBLIOGRAFIA

- Andersson, T. *Nova política industrial — Objetivos, instrumentos e desempenho*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Barros, J.R.M. de e Goldeinstein, L. *Reestruturação industrial: três anos de debate*. In Velloso, J.P.R., Brasil: desafios de um país em transformação, ed. José Olympio, RJ. 1997.
- Barros, J.R.M. e Goldenstein, L. *Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro*, Revista de Economia Política, vol. 17. Nº 2, 1997(b).
- Belluzzo, L. G. & Coutinho, L. *“Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economia abertas*, Economia e Sociedade n 11. Campinas, IE-Unicamp, 1997
- Belluzzo, L.G. e Coutinho, L.G. *Desenvolvimento e inserção externa nos anos 90: Uma crítica à visão de Gustavo Franco*, texto preparado para IEDI, 1996
- Bielchowsky, R. *Investimento na Indústria brasileira depois da abertura e do Real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-97*, CEPAL/Brasília, 1998, mimeo, 72 páginas.
- Boletim de Conjuntura – Instituto de economia industrial da UFRJ (diversos números).
- Bonelli, R. *A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho*. In Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil, Organização Internacional do Trabalho, editora 34, 1999
- Bonelli, R. e Gonçalves, R. *Padrões de desenvolvimento industrial no Brasil: Passado e Futuro*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Castro, A. B. *A reestruturação industrial brasileira nos anos 90*. Uma interpretação, revista de economia política, jul/set 2001
- Castro, A. *Indústria: o crescimento fácil e a inflexão possível*, trabalho apresentado ao XI Fórum Nacional, RJ, 1999 (mimeo).
- Castro, A.B. *A capacidade de crescer como problema*, in VELLOSO, J. P. dos R. O Real, o crescimento e as reformas, ed. José Olympio, RJ, 1996

- Castro, A.B. *Esgotamento versus continuidade na industrialização brasileira*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Chesnais, F. *A Mundialização do Capital*, editora Xamã, São Paulo, 1996, capítulo 9
- Coutinho, L. *A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*. In Velloso, J.P.R., Brasil: desafios de um país em transformação, ed. José Olympio, RJ. 1997
- Coutinho, L. e Outros. *Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização*. In Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil, Organização Internacional do Trabalho, editora 34, 1999
- Coutinho, L. *O desempenho da indústria sob o Real*, in O Brasil pós-Real: uma política econômica em debate, ed. Unicamp, 1997
- Erber, F. *O Padrão de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico e o Futuro da Indústria Brasileira*, IPEA, Brasília, 2000
- Fainzylber, F. *La Industrialización Trunca*. México: Nova Imagem, 1983
- Franco, G.H.B. *A inserção externa e o desenvolvimento*, Revista de Economia Política, vol.18, 1998
- Frischtak, C. *Política Industrial ativa em um Mundo Global*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Gerdau, J. *A empresa brasileira na economia global*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Gonçalves, R. *O Brasil e o Comércio Internacional: transformações e perspectivas*, editora Contexto, São Paulo, 2000
- Haguenauer, L. & Outros. *Evolução da cadeias produtivas brasileiras na década de 90*, texto para discussão nº 786, IPEA, abril 2001
- IEDI, *Abertura, política cambial e comércio exterior brasileiro - lições dos anos 90 e pontos de uma agenda para a próxima década (sumário)*, Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial, agosto 2000
- Laplane, M.F. e Sarti, F. *Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90*. Economia e Sociedade n 8. Campinas, IE-Unicamp, 1997

- Leal, G. P. *Qual é a nova empresa que está surgindo?*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Miranda, J. C. *Flutuação Cambial, Custo de Oportunidade do Capital, Estratégias Empresariais e Especialização Brasileira no Comércio Mundial*, relatório de pesquisa
- Moreira, M.M. e Correa, P.G. *Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*, Revista de Economia Política, vol.17, 1997
- Moreira, M.M., *Estrangeiros em uma Economia Aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior*, mimeo, BNDES, março de 1999.
- Netto, A. D. *Melhoramos piorando*, Carta Capital, 30 de setembro de 1998, p.35.
- Netto, A. D. *O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico*. In O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate, ed. Unicamp, 1997.
- Pereira, T. R. & Carvalho, A. *Desvalorização cambial e seu impacto sobre os custos e preços industriais no Brasil - uma análise dos efeitos de encadeamento nos setores produtivos*, texto para discussão nº 711, IPEA, março 2000
- Peres, W. *O ressurgimento das políticas de competitividade industrial*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Rigolon, F. J. Z. & Giambiagi, F. *A economia brasileira: panorama geral*, BNDES, junho 1999
- Rowthorn, R. *Indústria de Transformação: Crescimento, comércio e mudança estrutural*. In O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI, editora Campus, 1999
- Sayad, J. *Observações sobre o Plano Real*, in O Brasil pós-Real: uma política econômica em debate, ed. Unicamp, 1997
- Serra, J. *Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira*, in: Belluzo, L.G. e Coutinho, L. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, vol.1, São Paulo, brasiliense, 1982

Tavares, M. *A retomada da hegemonia norte americana*, in: Tavares, M. C. e Fiori, J. L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização, editora vozes, Petrópoles, 1997.

Tavares, M.C. *Economia política do Real*, in O Brasil pós-Real: uma política econômica em debate, ed. Unicamp, 1997